

XII Assembleia da Organização Regional de Castelo Branco

03 de Dezembro de 2022 – UBI – Auditório das Engenharias

**Tomar a Iniciativa,
Reforçar o Partido,
Lutar pelo desenvolvimento do Distrito**

Resolução Política

Índice remissivo

Introdução.....	3
1. O Distrito de Castelo Branco.....	5
<i>1.1. Situação demográfica.....</i>	<i>5</i>
<i>1.2. Situação Económica.....</i>	<i>6</i>
1.2.1. Emprego e direitos dos trabalhadores.....	6
1.2.2. Sector Primário: Agricultura, Floresta e Industria extractiva.....	8
1.2.3. Regionalização, Administração do Território e Autarquias.....	11
1.2.4. Transportes, acessibilidades e vias de comunicação.....	13
1.2.5. Ambiente e ordenamento do território.....	14
<i>1.3. Situação social e cultural.....</i>	<i>16</i>
1.3.1. Educação e Ciência.....	16
1.3.2. Movimento Associativo e Popular, Cultura e Desporto.....	19
1.3.3. Saúde.....	22
1.3.4. Serviços Públicos.....	25
2. Luta de Massas em prol dos trabalhadores e das populações.....	27
<i>2.1. Luta da classe operária e dos trabalhadores.....</i>	<i>27</i>
<i>2.2. A classe operária, os trabalhadores e as suas organizações de classe.....</i>	<i>28</i>
<i>2.3. Luta em defesa dos serviços públicos, das populações e outras camadas e grupos sociais.....</i>	<i>29</i>
<i>2.4. A luta dos Reformados.....</i>	<i>30</i>
<i>2.5. Luta da Juventude.....</i>	<i>30</i>
<i>2.6. Luta dos Agricultores.....</i>	<i>31</i>
<i>2.7. Luta pela Igualdade.....</i>	<i>31</i>
<i>2.8. Actos eleitorais, acção e luta nas instituições.....</i>	<i>32</i>
3. O Partido.....	34
3.1. Organização, Direção e Funcionamento.....	34
3.2. Militância, Quadros e Formação Ideológica.....	35
3.3. Ligação às massas, Imprensa Partidária e Propaganda.....	36
3.4. Festa do Avante.....	38
3.5. Política Financeira e Património.....	38

Introdução

Após a última Assembleia da Organização Regional, em 2019, o quadro político e a acção do PCP, no país e no distrito, ficaram marcados, pelas decisivas lutas dos trabalhadores e das populações, pelas comemorações do Centenário do PCP, pela realização de actos eleitorais, em particular as eleições para a Assembleia da República em Outubro de 2019 e em Janeiro de 2022 e das Autárquicas 2021, pela evolução do quadro epidémico COVID-19, pelo sério e perigoso agravamento da situação internacional em resultado da investida exploradora e agressiva do imperialismo e por uma intensa e prolongada operação contra o PCP, sustentada na mentira, na difamação e na promoção de preconceitos.

A evolução da situação nacional e internacional confirma os aspectos essenciais identificados no XXI Congresso do Partido realizado em Novembro de 2020. Verificam-se, entretanto, rápidos desenvolvimentos de aspectos então identificados, abordados na Conferência Nacional “Tomar a iniciativa, reforçar o Partido, responder às novas exigências”, realizada em Novembro de 2022. A guerra surgiu cada vez mais como a resposta à crise em que o sistema capitalista mergulhou. O agravamento da situação, de consequências graves e imprevisíveis, requer mobilização e acção pela paz e não para a escalada da guerra, requer solidariedade e ajuda humanitária às populações, que não se pode confundir com o apoio a grupos fascistas e neonazis, mas também exige forte denúncia da estratégia de escalada armamentista e de dominação imperialista que os EUA há muito puseram em marcha.

A resposta dos trabalhadores e das populações às tentativas de intensificação da exploração a propósito da epidemia foi decisiva. Para lá de centenas de acções em todos os sectores, destaca-se a jornada de luta do 1.º de Maio de 2020, convocada pela CGTP-IN que, pelas condições especiais em que se realizou, constituiu uma das mais significativas jornadas de luta das últimas décadas, afirmando na rua os direitos colectivos dos trabalhadores.

As comemorações do Centenário do PCP sob o lema “O futuro tem Partido” tiveram um ponto alto no dia 6 de Março de 2021 com um conjunto de iniciativas por todo o País (“100 anos, 100 acções”). Sob o lema “Liberdade, Democracia, Socialismo – Pelos direitos, a melhoria das condições de vida e o progresso social. Contra a exploração e o empobrecimento” realizaram-se, no distrito de Castelo Branco, acções em Castelo Branco, Covilhã, Fundão e Tortosendo. Também se destacam, entre outras, os debates e sessões realizadas, em particular sobre “O PCP e a luta dos MPME” e “As greves dos têxteis nos anos 40, da memória à construção do futuro”, assim como a exposição que percorreu muitos dos concelhos do distrito.

No distrito o PCP teve um papel determinante na denúncia e combate à exploração e à precariedade laboral; na reivindicação de medidas de apoio à produção industrial; na exigência de apoios à floresta e agricultura familiar; na defesa do ambiente e da água pública, no alerta para as consequências para o comércio tradicional da abertura de grandes superfícies comerciais; na luta pela valorização do SNS, contra o encerramento, privatização e destruição de serviços públicos, hospitais, maternidades, centros de saúde, escolas e estações de correio; pela valorização da escola pública, pela reivindicação de serviços de cuidados continuados no SNS, na reivindicação persistente de transportes públicos acessíveis a todos, em defesa da Linha da Beira Baixa, e da melhoria das acessibilidades, da abolição das portagens na A23. Por uma efectiva política de descentralização indissociável de um processo de regionalização e de reforço de investimento público.

O período entre Assembleias foi um período que confirmou a intervenção decisiva do PCP, das suas propostas e soluções, da sua determinação em não desperdiçar nenhuma oportunidade para defender e conquistar direitos. Tal como em 2015, quando foi preciso

afastar o PSD e o CDS do Governo e interromper a sua política de desastre nacional, o PCP teve um papel decisivo ao longo dos últimos anos quando se concretizou um caminho de defesa, reposição e conquista de direitos e quando se tornou necessário enfrentar os impactos da epidemia, encontrar soluções e corrigir aspectos gravosos que tinham sido impostos no Orçamento suplementar de 2020, contra o qual o PCP votou.

As eleições legislativas de 2022 traduziram-se numa alteração da correlação de forças no plano político e institucional com a obtenção de uma maioria absoluta pelo PS – acompanhada da redução da expressão parlamentar do PCP – alcançada na base de uma operação de chantagem e mistificação que visou criar as condições para romper com um percurso, ainda que limitado, de defesa, reposição e conquista de direitos concretizada nos últimos anos pela luta dos trabalhadores e pela iniciativa e acção do PCP. Uma alteração que contou com o empenhamento do Presidente da República e cujas consequências negativas para o povo e para o País são já visíveis e inseparáveis da política de direita que o PS está a concretizar.

Ganhou reforçada premência a necessidade do aumento geral dos salários, do combate à precariedade, à desregulação dos horários e ao desemprego, da revogação das normas gravosas da legislação laboral, do aumento das reformas e pensões, de enfrentar e solucionar as dificuldades no acesso à habitação, de garantir os direitos das crianças, dos pensionistas e dos idosos, de controlar o aumento de preços de bens e serviços essenciais, assim como a necessidade do incremento do investimento público e de estímulos ao desenvolvimento económico. Tornou-se inadiável responder às debilidades dos serviços públicos, com particular evidência no Serviço Nacional de Saúde, na Escola Pública e na Segurança Social. Ficou expressa a necessidade de apoiar a actividade das micro, pequenas e médias empresas.

O País precisa de outras opções e de encetar um caminho alternativo de desenvolvimento económico e social. Foi esse o sentido da intervenção do PCP no processo de discussão do Orçamento do Estado para 2022. Passada a fase mais aguda da epidemia e, tendo sido anunciados vultuosos recursos financeiros, não era aceitável adiar a resposta aos problemas que o País enfrentava e enfrenta. Foi essa a opção que o PCP assumiu. Ficou claro que o PS queria eleições, não queria encontrar soluções.

A batalha das Eleições Autárquicas de 2021 foi travada num quadro particularmente difícil em que se construíram cenários de intensa bipolarização em vários concelhos, em que existiu uso e abuso de meios institucionais para fins eleitorais e com a campanha muito condicionada pela evolução da epidemia. Os resultados da CDU ficaram aquém dos objectivos eleitorais traçados.

Durante este período, não escondendo dificuldades e debilidades, em particular no baixo grau de estruturação do partido, o Partido no distrito deu passos na criação de células de empresas, aumentou o número de concelhos com organismos e colectivos a funcionar, persistem dificuldades na integração de novos militantes e na responsabilização de mais militantes por tarefas concretas.

1. O Distrito de Castelo Branco

1.1. Situação demográfica

A evolução demográfica do distrito é inseparável das políticas e opções que marcam a vida nacional nos últimos anos, desde o processo de integração capitalista da União Europeia

à política de direita dos sucessivos governos, que promoveu os baixos salários, a precariedade, a concentração, a desindustrialização, enfraqueceu o sector primário, destruiu serviços públicos, extinguiu freguesias, impôs o pagamento de portagens, adiou investimentos estruturantes.

Conforme os dados dos Censos de 2021, ilustram, na última década, enquanto o país perdeu 2% da população, a região centro 4%, o distrito perdeu 9,3%, e alguns concelhos bem acima disso.

A perda de mais de 18 mil habitantes, atingindo inclusivamente cidades como a Covilhã e Castelo Branco, demonstra que mesmo estes espaços cruciais ao desenvolvimento da região podem ficar comprometidos pela insuficiência demográfica.

Para esta grave situação, concorre sobretudo a existência de um saldo natural tão negativo que não consegue ser compensado pelo saldo migratório. Com efeito, o índice sintético de fecundidade (número médio de filhos por mulher em idade fértil em 2020) não chegou a 1 (0,69 a 0,91) nos concelhos de Oleiros, Vila de Rei, Vila Velha de Rodão, Proença-a-Nova e Belmonte.

A “litoralização” que continua a reforçar-se, e a impossibilidade de renovação geracional agravou brutalmente o envelhecimento demográfico que na região centro passou para 229 idosos por cada 100 jovens (163, em 2011). Oleiros é mesmo um dos dois concelhos mais envelhecidos do país, com 780 idosos por cada 100 jovens. O concelho de Castelo Branco é o que tem maior percentagem de jovens (11,4%) e o único que tem um saldo migratório superior ao saldo natural.

A regressão demográfica traduziu-se, também, em menos eleitores, com tudo o que significa. Para se ter uma ideia, nas últimas eleições autárquicas, realizadas em Setembro de 2021, o distrito foi a votos com menos 8 mil 993 eleitores (166 589, em 2021; 175 582, em 2017), e nas legislativas, realizadas em 30 de Janeiro passado, com menos três mil 845 eleitores (166 307, em 2022; 170 152, em 2019).

Esta perda de população é insustentável e põe em causa a base económica que apesar de tudo continua a resistir, pois não há desenvolvimento sem pessoas.

Pese embora a gravidade dos problemas, há alternativas. O défice demográfico não é uma fatalidade. E é falso o discurso, tantas vezes difundido de que é o interior, em si mesmo, que é frágil ou repulsivo. Pelo contrário, o despovoamento tem a sua causa central na política de direita que tem sido levada a cabo.

É possível inverter este rumo desastroso. Isso faz-se com salários dignos, emprego com direitos, adequada proteção social e respeito pelos direitos de maternidade e paternidade. O incentivo à fixação de jovens e à natalidade é decisivo para a substituição de gerações no futuro e para o desenvolvimento e a coesão territorial do país.

1.2. Situação Económica

1.2.1. Emprego e direitos dos trabalhadores

Em termos económicos o distrito aumentou o seu afastamento face à média nacional. O PIB distrital tem vindo a diminuir e o PIB per-capita é inferior à média nacional. As Insolvências e dissolução de empresas continuam e, apesar de se ter registado um aumento do número de empresas criadas, não repõe os níveis que o distrito já teve. Face a 2007 houve um reforço do peso dos serviços em detrimento dos outros dois grandes sectores, sobretudo devido à destruição de 27% do emprego na indústria, construção, electricidade, gás, água, resíduos e saneamento, tendo os serviços perdido 8% da sua força de trabalho neste período. A agricultura cresceu 3,6%.

Salários baixos são a norma no distrito. De acordo com os dados mais recentes, referentes a 2019, a remuneração base média mensal bruta dos trabalhadores por conta de outrem do distrito no sector privado era de 816 euros. É a terceira mais baixa do continente, estando 19% abaixo da média, uma posição que não se alterou face a anos anteriores.

O distrito de Castelo Branco continua a perder postos de trabalho e emprego. De acordo com os dados dos Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho, da Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), citados pela USCB, em 2019 havia 38 mil trabalhadores por conta de outrem do sector privado no distrito, um número 11% abaixo do máximo alcançado em 2007 (42,7 mil).

A precariedade é uma chaga que progride no distrito. Em 2019 perto de 29% dos trabalhadores do distrito do sector privado tinham vínculos de trabalho precários, quando em 2010 era de 21% entre o conjunto dos trabalhadores, sendo de 30% entre menores de 35 anos. Percentagens que não incluem o falso trabalho independente, os falsos estágios e outros tipos de vínculos precários não reportados via Relatório Único, nem tão pouco o trabalho não declarado ou subdeclarado.

O desemprego continua a ter um forte impacto no emprego e na vida dos trabalhadores. No final de 2021 o número de trabalhadores desempregados inscritos nos centros de emprego do distrito atingia perto de 5,3 milhares, a que acrescem mais de 2,3 mil trabalhadores desempregados ocupados em estágios profissionais e outras formas de contractos e de formação profissional. Juntos perfazem mais de 7,6 mil trabalhadores desempregados, número mais próximo do desemprego real, mas que, ainda assim, deixa de fora outros trabalhadores desempregados que não se registam por não conseguirem aceder a prestações de desemprego ou por não terem expectativas que o serviço de emprego lhes apresente alternativas de emprego ou de qualificação.

Aumentou também o desemprego de longa duração no distrito, passando de 44% do total no final de Fevereiro de 2020 para 49% no final de 2021. Este é um dado preocupante, tanto mais que 34% do total dos desempregados registados tem 55 ou mais anos e 38% entre 35 e 54 anos. A maioria dos desempregados que se inscreve nos centros de emprego fá-lo devido ao fim de contractos de trabalho precários. Esse foi o motivo apontado por 44% dos desempregados que se registaram ao longo do mês de Dezembro de 2021 no distrito. A esmagadora maioria dos desempregados do distrito não tem acesso a qualquer prestação de desemprego. E quando tem, os valores pagos são muito baixos: 502 euros, em média, no ano de 2021, um valor abaixo quer da média nacional (534 euros), quer do limiar da pobreza (554 euros).

O país e o distrito não se desenvolvem com políticas de direita, nem com a desvalorização do trabalho. No entanto são comuns práticas de exploração e desrespeito por quem trabalha:

- O recurso a formas ilegais e atípicas de contratação de trabalhadores, como a generalizada subcontratação de mão-de-obra, transformação de trabalhadores assalariados em “colectados”, utilização abusiva da lei dos contractos a prazo, proliferação do trabalho temporário e no domicílio, do recurso aos CEI e a instituição do Contracto Individual de Trabalho na Administração Pública;
- No país e na região tem vindo a aumentar o número de trabalhadores imigrantes. A maioria destes imigrantes trabalham na construção civil, na restauração, na hotelaria, no serviço doméstico, na agricultura e na industria transformadora. Têm na maioria contractos precários, muitos sem contractos, com cargas horárias desumanas e baixos salários (quando são pagos).
- O agravamento da prática dos salários com atraso e dos encerramentos e falências de empresas sem garantia dos salários e indemnizações dos trabalhadores;

- A utilização dos prémios como forma de discriminação sindical e das mulheres, o incumprimento dos salários contratualmente fixados e a imposição de ritmos de trabalho desumanos que afectam a saúde física e psíquica de muitos trabalhadores;
- A utilização abusiva da flexibilidade, dos bancos de horas e da polivalência em violação do Código de Trabalho e das Convenções Colectivas de Trabalho;
- O incumprimento da lei das horas extraordinárias, obrigando-se os trabalhadores a trabalhar mais horas sem registo e sem serem pagas, como está legalmente estipulado;
- O não pagamento das horas de ida ao médico, da assistência ao agregado familiar e para cumprimento de tarefas legais e inadiáveis;
- O aumento das situações de discriminação, perseguição e humilhação de trabalhadores, com despedimentos arbitrários e a adopção de comportamentos indesejados e formas de violência psicológica atentatórias da personalidade, da dignidade e integridade psíquica dos trabalhadores;
- A violação dos direitos sindicais, desde logo, através dos condicionamentos à livre sindicalização, do impedimento à realização de plenários, ao acesso dos dirigentes aos locais de trabalho, à cobrança das quotizações sindicais no horário de trabalho e dentro da empresa, da perseguição aos activistas sindicais, recorrendo a sucessivos processos disciplinares, à discriminação nos salários, nas promoções e até ao seu despedimento selectivo;
- A violação do direito à greve através da contratação de trabalhadores em substituição de grevistas e do alargamento dos serviços mínimos que na prática são máximos;
- A negação e boicote ao direito de negociação colectiva desde logo pelo governo na Administração Pública e pelo patronato do sector privado;

Este quadro de violação do direito ao emprego com direitos, só possível porque o patronato se julga impune pela apatia do governo, tende a agravar-se dado: a) O deficiente funcionamento da ACT que se continua a debater com a falta de Inspectores e de meios técnicos; b) A dificuldade no acesso à justiça laboral nos Tribunais Administrativos e nos recursos para os Tribunais Centrais e processos de insolvência em virtude do actual Código de Custas Judiciais e o Apoio Judiciário; c) A desvalorização do ramo do Direito de Trabalho; d) A morosidade com que se desenrolam os processos de falência, com toda a sua tramitação até ao pagamento dos créditos laborais, constituindo-se num negócio para “os profissionais de falências” e em mais um elemento que ajuda ao descrédito da justiça.

O País e o nosso distrito precisam de uma política que invista no sector produtivo, aumente a produção nacional, promova o emprego com direitos, valorize os salários e rendimentos, melhore as condições de vida e estimule o desenvolvimento económico.

- A criação de emprego com direitos, o combate ao desemprego e uma melhor protecção social aos desempregados, em especial aos de longa duração;
- O combate à precariedade do emprego, nomeadamente com a criação de um Programa de Combate à Precariedade e ao Trabalho Ilegal; a passagem a efectivos dos trabalhadores com contractos de trabalho com vínculos precários ou falsos “recibos verdes” que ocupam postos de trabalho de natureza permanente, a proibição de contratação de trabalhadores a termo através de agências de trabalho temporário para aqueles postos de trabalho e adoptar medidas que impeçam que as políticas activas de emprego não sejam utilizadas para promover empregos precários;
- A valorização dos salários e das pensões e a melhoria da protecção social aos desempregados; o aumento do salário mínimo nacional a sua actualização e valorização anual; a garantia de um aumento mínimo anual para todos os trabalhadores;

- A exigência da aplicação do horário de 35 horas semanais na Administração Pública e a redução dos horários de trabalho tendo como objectivo as 35 horas semanais, sem perda de remuneração nem de outros direitos, no sector privado, o que contribui para criar postos de trabalho e combater o desemprego
- O respeito pelos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, desde logo com a revogação das normas gravosas do Código de Trabalho em matérias relativas aos despedimentos e às indemnizações por despedimentos, de forma a garantir o cumprimento da norma constitucional sobre a segurança no emprego (artigo 53º da CRP) e as relativas à negociação colectiva, defendendo-a e valorizando-a, propondo-se para isso revogar a norma da caducidade e reintroduzir o princípio do tratamento mais favorável.
- A exigência de respeito pelos trabalhadores imigrantes criando condições para os mobilizar, organizar e integrar na luta geral dos trabalhadores pelos seus direitos;
- O aumento dos salários para todos os trabalhadores, com uma subida significativa do salário médio e do salário mínimo nacional para os 850 euros em 2023;
- O desagravamento da tributação sobre os rendimentos mais baixos e intermédios no IRS;
- A revogação da caducidade da contratação colectiva; a eliminação do aumento do período experimental; o combate à precariedade e o trabalho ilegal; a revogação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e do SIADAP;
- A actualização geral das pensões, com um valor mínimo de 50 euros em 2023;
- A garantia do direito à reforma sem penalizações com 40 anos de descontos.

1.2.2. Sector Primário: Agricultura, Floresta e Industria extractiva

Os agricultores enfrentaram grandes dificuldades em resultado da Política Agrícola Comum com o mercado aberto, a distribuição injusta dos fundos comunitários e com obsessão pela redução do défice que travou apoios públicos a investimentos necessário no sector. A Covid 19 agravou ainda mais a situação económica dos pequenos e médios agricultores devido à redução do consumo de produtos regionais provocado pelo encerramento dos mercados locais. O sector agrícola foi praticamente excluído das linhas de apoio à tesouraria, à retoma da economia e ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Também as adversidades climáticas, com chuvas e geadas fora de época e secas severas e extremas bastante prolongadas agravaram a débil situação financeira dos agricultores. Com o pretexto da Guerra no leste da Europa, este sector enfrentou um brutal aumento especulativo dos preços dos factores de produção designadamente das rações, fertilizantes, combustíveis, electricidade e taxas de juros.

Esta conjuntura, aliada ao esmagamento de preços à produção impostos pelas grandes cadeias de distribuição têm levado à liquidação de centenas de explorações degradação da situação económica dos pequenos agricultores e ao empobrecimento das populações rurais.

Os agricultores não conseguem aumentar o preço de venda, devido às pressões da distribuição e das grandes superfícies comerciais para aumentarem as suas margens de lucro.

Devido ao abandono do Mundo Rural e à liquidação das explorações agrícolas familiares, provocadas pela política agrícola, a floresta continua a ser fustigada por incêndios florestais que normalmente atingem enormes proporções e os produtores não são devidamente compensados pelos prejuízos sofridos.

O Governo mostra-se incapaz de dar resposta aos problemas da nossa floresta, que continua de forma desordenada e os pequenos produtores florestais também estão na prática excluídos dos apoios públicos para a prevenção de incêndios.

A publicação do Decreto-Lei (DL) n.º 64 de 2018, de 7 de Agosto, criou o Estatuto da Agricultura Familiar, mas muito falta fazer por parte do Governo e dos diversos Ministérios. Faltam medidas estruturantes como a criação de um regime de segurança social que reconheça o papel dos cônjuges nas explorações e lhes garanta o acesso com uma taxa bonificada e sem perda de direitos, um regime fiscal adequado (com a possibilidade dos pequenos produtores venderem em feiras e mercados, em espaços próprios, isentos de taxas e sem necessidade de estarem colectados), a prioridade no abastecimento público, no acesso à terra e à água, apoios para os sistemas policulturais e majoração dos apoios nas medidas de desenvolvimento rural para as zonas desfavorecidas ou com desvantagens naturais, entre outras.

Ao nível da indústria extractiva, o distrito dispõe de uma importante mina de volfrâmio a laborar na Europa e uma das poucas em todo o mundo. A exploração de volfrâmio nas Minas da Panasqueira tem viabilidade, pois é um produto de grande qualidade, é um bem público que tem inúmeras aplicações ao nível da indústria e tem ainda um filão por explorar com elevado teor de minério. Verifica-se a falta de racionalidade no aproveitamento de recursos geológicos, devido nomeadamente ao insuficiente apoio geológico e de engenharia de minas, ao sub investimento em I&D, a insuficiências nas funções de inventariação, prospecção e fiscalização de explorações, cabendo responsabilidades tanto à empresa como ao Estado.

A ORCB entende que a aposta na agricultura é fundamental para o desenvolvimento socioeconómico da região. O sector primário é estratégico para o país e distrito pelo que são necessárias políticas públicas capazes de tornar o sector atractivo, dotando-o de meios financeiros e técnicos. O rompimento com as políticas que conduziram o sector à difícil situação em que se encontra, implicam também o rejuvenescimento e a formação de quadros altamente qualificados. A ORCB defende para o Distrito de Castelo Branco:

- Reforço dos serviços do Ministério da Agricultura junto dos agricultores, combatendo a recente intenção do governo de desagregar as Direcções Regionais de Agricultura e coloca-las no âmbito das CCDR;
- Ordenação e gestão da floresta que previna o risco de incêndio, e que a encare como suporte de múltiplas actividades produtivas e de lazer tornando este recurso central na estratégia de desenvolvimento da zona do Pinhal e salvaguardando o respeito pela pequena propriedade;
- Criação de matadouros concelhios.
- Desburocratização e o apoio aos produtores na legalização das explorações pecuárias;
- Mais investimentos na optimização dos recursos hídricos; designadamente na Criação do regadio a sul da Gardunha, com a construção da barragem do Barbaído, salvaguardando a água para abastecimento humano; adequar e modernizar os regadios da Cova da Beira e Idanha-a-Nova à nova realidade fundiária e modernização dos regadios tradicionais.
- Reabertura e modernização do laboratório de Alcains;
- Defesa dos circuitos curtos de comercialização, nomeadamente com a criação de um programa destinado à modernização e dinamização das praças e mercados municipais e o estabelecimento de uma quota mínima de produtos agrícolas da região a consumir pelos diversos serviços públicos e outros beneficiários (escolas, estabelecimentos prisionais, creches, lares...);

- Criação de um banco público de sementes regionais;
- Criar condições para efectivar denominação/denominações de origem que potenciem, valorizem e dinamizem a produção local nos diversos domínios;
- Apoio ao associativismo agrícola e florestal nomeadamente no aconselhamento e investigação agrária;
- Desburocratizar o processo de certificação de produtos agrícolas e florestais;
- Dinamizar cursos superiores no âmbito da agricultura, pecuária, floresta e ambiente e reforço e adequação da formação profissional às necessidades dos agricultores;
- Preservação da floresta e das suas potencialidades, promovendo o uso de espécies florestais autóctones como alternativas economicamente viáveis à dinamização da economia rural e salvaguarda dos Baldios.
- Aposta e potenciação do aproveitamento dos nossos recursos naturais, em todas as fases do processo, da extracção à transformação, na procura de “mercados” diversificados e alternativos para o escoamento dos produtos como os existentes nas Minas da Panasqueira.

1.2.3. Regionalização, Administração do Território e Autarquias

O ordenamento do território tem como objetivos a distribuição geográfica racional das atividades; o desenvolvimento socioeconómico e o restabelecimento do equilíbrio entre as diferentes regiões; a gestão dos recursos naturais; a proteção do ambiente e a melhoria da qualidade de vida das populações.

Porém, tais objetivos só serão alcançados se as assimetrias forem corrigidas, cabendo destacar o importante papel das políticas de discriminação positiva a favor das regiões mais desfavorecidas, e se houver uma gestão eficiente da política territorial.

Um bom ordenamento do território é condição imprescindível para o sucesso social, económico, cultural e político da construção de um Portugal com papel determinante na Europa, na região mediterrânica e atlântica e na Península Ibérica bem como para a construção de um desenvolvimento sustentável.

O que atualmente se observa no distrito de Castelo Branco é justamente o oposto ao que deveria acontecer, nesta matéria.

Assim, no distrito temos os problemas mais graves concentrados em três tipos de situações: estado caótico da maior mancha silvícola do país; crescimento desordenado dos principais centros urbanos, bem como de outros centros de menor dimensão; e, por último, abandono das áreas agrícolas de elevado valor paisagístico.

Acresce a contínua e elevada desindustrialização, o envelhecimento das populações, o despovoamento de vastas áreas e o insuficiente desenvolvimento dos sistemas urbanos.

Associadas, ainda, temos a questões mais específicas de administração do território com desenvolvimentos preocupantes nos últimos tempos.

A necessidade de repor as freguesias extintas de acordo com a vontade das populações, esbarrou com os bloqueios do governo PS de outras forças políticas. A Proposta de Lei do Governo PS na Assembleia da República, foi redigida para dificultar os processos, como forma de obstaculizar e impedir a reposição das freguesias.

Depois da “reforma administrativa” da extinção de freguesias do governo PSD/CDS surge agora a proposta de uma falsa descentralização acordada entre o PS e o PSD.

Falsa descentralização por três razões fundamentais:

em primeiro lugar é apenas uma “municipalização”; segundo, é uma transferência de competências sem os meios necessários e adequados; terceiro, é ignorada a componente da regionalização, sem a qual não há real descentralização.

A avançar, tal como está, é uma oportunidade perdida.

Há competências que podem e devem ser transferidas para os municípios e para as freguesias, desde que acompanhadas dos respectivos meios. Mas há outras que não podem sair dada esfera do poder central, sob pena de se colocar a coesão e o carácter universal das Funções Sociais do Estado. Há também competências que, pelas suas características, são melhor desempenhadas pelo poder regional.

As comunidades intermunicipais entretanto criadas não são a solução. Elas não têm cabimento constitucional, não são associações voluntárias de municípios e não têm legitimidade própria. Há, pois, que acabar com este anacronismo e partir de vez para a criação, tal como manda a constituição, das regiões administrativas com legitimidade própria e eleição directa dos seus órgãos.

Há atualmente dois níveis de poder, o central e o local, ficando evidente que a ausência de poder a nível regional, não permite potenciar o desenvolvimento harmonioso do território. A ausência deste poder regional, sem o qual não há de facto descentralização administrativa, tem vindo a justificar a criação de estruturas sem legitimidade democrática, sem coerência territorial, sem delimitação clara de atribuições e em confronto com a autonomia das autarquias, que tem impedido a criação de condições para uma verdadeira política de desenvolvimento regional.

Os municípios do distrito estão distribuídos por três Comunidades Intermunicipais (CIM): a CIM Médio Tejo, que integra Sertã e Vila de Rei juntamente com municípios do distrito de Santarém; a CIM da Beira Baixa, que integra os municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão; e a CIM da Beira Serra, que integra os municípios de Belmonte, Covilhã e Fundão com municípios do Distrito da Guarda.

Por sua vez as CIM estão incluídas em três NUTS III (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos), NUT III da Beira Baixa, NUT III do Médio Tejo e NUT III das Beiras e Serra da Estrela. A classificação NUT, tendo uma raiz estatística, tem também uma forte correlação com a programação e gestão do FEEI – Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, importantes instrumentos financeiros concretizáveis através dos QFP – Quadros Financeiros Plurianuais. Por sua vez incluídas na NUT II da região centro (que inclui os Distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu), âmbito da Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional do Centro, a que os sucessivos governos têm vindo a atribuir responsabilidades de concretização regional das políticas e decisões tomadas pelo Governo central, mantendo-as até sob tutela de membros do Governo, o que tem significado trocar a Regionalização por formas mais dissimuladas de centralismo.

Todas estas estruturas, com competências sobrepostas e âmbitos territoriais espartilhados, impedem o planeamento e execução de medidas dirigidas às necessidades das populações e ao desenvolvimento regional em matérias tão relevantes como a elaboração e execução de planos de desenvolvimento económico de curto e médio prazo, o apoio às actividades produtivas, a definição de prioridades de investimento em vias de comunicação, transportes ou equipamentos sociais – sejam lares, creches, equipamentos de apoio a pessoas com deficiência ou outros –, o ordenamento do território e conservação da natureza e de recursos hídricos, a promoção da cultura física e do desporto, a valorização da cultura e do património.

A ORCB do PCP defende assim um conjunto de medidas, nomeadamente:

- Promover a constituição de um grupo de trabalho para monitorização do ordenamento do território no distrito, das das questões ambientais, dos recursos naturais;
- Promover uma verdadeira regionalização que permita a gestão intermédia do território,
- Garantir que as transferências de competências para os município e freguesias seja acompanhado dos meios financeiros adequados;
- Reverter a reforma administrativa que levou à extinção de cerca de um terço das freguesias;
- Rejeitar a mercantilização do ambiente e defender o território e o ambiente, por forma a que a qualidade de vida melhore e o território potencie o desenvolvimento sustentado do distrito;

1.2.4. Transportes, acessibilidades e vias de comunicação

A qualidade das acessibilidades bem como um adequado sistema de transportes públicos são condições essenciais ao desenvolvimento de uma região. É impossível pensar-se em conter a desertificação ou atrair nova população sem que, a este nível, sejam cumpridos requisitos mínimos.

O distrito continua a apresentar enormes debilidades quer ao nível das vias de comunicação quer de transportes. É, pois, incoerente qualquer discurso de defesa do interior ou de desenvolvimento de regiões de baixa densidade sem que se invista seriamente nesta área.

Porém, as políticas seguidas, quer pelo poder central, quer pelo poder local, na generalidade dos casos, têm basicamente ignorado este problema. Mantêm-se as portagens, as estradas municipais, regionais e nacionais degradam-se. O PART (Programa de Apoio à Redução Tarifária) não é aplicado e as delegações de competências dos municípios nas CIM não resolvem qualquer problema.

O reforço da rede viária municipal (intra e inter), a concretização da ligação viária do distrito quer ao litoral quer a Espanha, conjuntamente com a implementação de uma rede de transportes públicos flexível e adequada às necessidades da população são componentes essenciais de uma política que defenda e promova o emprego, a criação de riqueza e o lazer.

Neste sentido a ORCB do PCP defende uma política de acessibilidades e mobilidade que assegure:

- A construção da ligação do IC6 com o túnel de Alvoaça livre de portagens;
- A requalificação das estradas municipais e intermunicipais;
- A eliminação de portagens nas A23 e A25;
- A revisão do projecto do IC31, com perfil de auto-estrada sem portagens e a sua urgente construção;
- A criação de uma rede de transportes públicos que permita a deslocação inter e intra concelhia, em condições de comodidade e horários compatíveis com as necessidades das populações;
- A constituição de uma empresa operadora de transporte rodoviário de passageiros, com estatuto de entidade pública empresarial e de âmbito nacional.

- O reforço e aplicação efectiva do Programa ao apoio de Redução Tarifária em todo o distrito, com reposição onde foi retirado, por forma a promover o acesso universal aos transportes públicos;
- A redução nos passes regionais, para 20 euros, garantindo a gratuitidade para os menores de 18 anos, os estudantes e os maiores de 65, com a salvaguarda que estes novos financiamentos do PART não signifiquem a obrigatoriedade das autarquias os acompanharem em 20%.
- A implementação de soluções de transporte público flexível e a pedido;
- Garantir uma resposta de transporte ferroviário adequado e competitivo em termos de número de ligações e horários;
- Estudar a implementação de um serviço regular, com base na estrutura ferroviária existente, que permita deslocações pendulares entre Guarda-Belmonte-Covilhã-Fundão-Castelo Branco e vice-versa, com o reforço de horários e material circulante.
- Exigir a cobertura de rede móvel, acesso à internet e à Televisão Digital Terrestre em todo o distrito, colmatando as muitas falhas em zonas mais isoladas, que os operadores privados não suprem, que introduzem injustiças, dificultam o desenvolvimento e acentuam problemas de segurança;

Entretanto, dado que o distrito se localiza parcialmente na Serra da Estrela e em função da sua natureza específica, propõe-se ainda:

- A consolidação da rede viária que permita a permeabilização do terreno e reforço da sua coesão económica e social, numa quota entre os 500 e 800 metros;
- A redução progressiva da rede viária e do trânsito automóvel onde existem debilidades dos sistemas ecológicos e o seu impacto seja negativo no meio natural e provoque a diminuição da qualidade do turismo, avaliando formas de transportes alternativos devidamente autorizados e licenciados.

1.2.5. Ambiente e ordenamento do território

O distrito de Castelo Branco continua a apresentar enormes fragilidades e desequilíbrios ambientais e territoriais. Persistem graves problemas nos recursos hídricos, como a poluição de rios e linhas de água, situação especialmente grave nos rios Tejo, Zêzere e seus afluentes. Há ainda muito por fazer no que se refere ao abastecimento de água, tratamento de efluentes e resíduos sólidos. São reais os perigos decorrentes do avanço da exploração mineira a céu aberto, como na Argemela, e da incúria e abandono das antigas instalações mineiras no Rio. Os resíduos florestais usados pela Central de Biomassa alimentam, de forma desregulada, o negócio da energia. Os incêndios florestais, particularmente os de 2017 e do Verão de 2022, têm sido trágicos pelo número de vítimas humanas, pelos avultados prejuízos provocados em termos de meios produtivos e fontes de rendimento e pela extensão de área ardida.

Predomina uma estratégia de desvalorização e desinvestimento das áreas protegidas. As alterações introduzidas na orgânica do ICNF, com a eliminação das estruturas diretivas de cada área protegida, afastaram o instituto do território e das populações, potenciaram dificuldades na integração, de forma harmoniosa, das atividades tradicionais na gestão dos parques e reservas naturais e deixaram espaço para o avanço de interesses de grupos económicos e de latifundiários. O encerramento de caminhos de acesso ao rio em Malpica do Tejo é uma expressão deste problema.

Para o PCP as questões ambientais e de ordenamento do território exigem uma intervenção transversal e transformadora. Transversal a todos os domínios da acção colectiva humana, da economia à educação, aprofundando o acompanhamento público de todos os

procedimentos de avaliação ou de análise prévia. Transformadora, e não meramente mitigadora, fazendo do bem-estar das pessoas e da qualidade de vida o padrão e o motor para um desenvolvimento harmonioso com a natureza e em equilíbrio com a sua capacidade de suporte e de renovação.

Nesta linha, a ORCB do PCP continuará a

- Defender a gestão pública da água e dos resíduos, reverter as privatizações e revogar a taxa de resíduos;
- Adotar medidas preventivas e de apoio a territórios com carências hídricas e desequilíbrios ambientais, assegurando que o possam fazer em condição de sustentabilidade económica, financeira e social e acessibilidade económica para as populações;
- Garantir os caudais ecológicos nos rios Tejo, Zêzere, Ocreza e Ponsul, bem como a sua despoluição, exigindo a construção das barragens do Alvito e Barbaído;
- Lutar com as populações contra as explorações de lítio, designadamente na serra da Argemela;
- Incluir a Lavaria do Rio (Cabeço do Pião) no Programa Recuperação Ambiental Áreas Mineiras Abandonadas;
- Combater os abusos no uso eficiente da biomassa florestal, com uma apertada fiscalização da Central de Biomassa do Fundão (incluindo a suspensão da laboração face à repetida prevaricação);
- Promover a biodiversidade combatendo as culturas intensivas e super-intensivas
 - Reforçar os serviços de gestão e proteção ambiental assim como os meios humanos e financeiros dos Parques e reservas naturais (Parque Natural Serra da Estrela, Tejo Internacional, Reserva Natural da Serra da Malcata); revertendo o modelo de co-gestão das áreas protegidas e fazendo com que a cada área protegida de âmbito nacional corresponda a uma unidade orgânica de direcção intermédia de administração central;
- Promover uma verdadeira educação ambiental e defender uma região território livre de OGMs, (Organismos Geneticamente Modificados);
- Reduzir/eliminar o uso de herbicidas por entidades públicas e sensibilizar as populações;
- Reforçar o apoio aos Centros de Recolha Oficial de Animais e garantir a existência de veterinários municipais em todos os concelhos;
- Salvar os interesses nacionais e da população pelo funcionamento da Central Nuclear de Almaraz;
- Apoiar o desenvolvimento e transferência de tecnologias de elevada eco-eficiência energética;
 - Apostar nas energias renováveis apoiando projectos de natureza pública, no sector produtivo, em equipamentos colectivos e na utilização doméstica de acordo com estudos de impacto ambiental, por forma a salvar áreas classificadas ou outras, florestais e agrícolas, com toda a sua biodiversidade, a geologia, a paisagem e a história, bem como a saúde humana;
- Valorizar o papel das autarquias na prestação dos serviços de águas e resíduos
- Reforçar os meios das estruturas públicas para a monitorização das questões ambientais, dos recursos naturais e do ordenamento do território;
- Adotar critérios e objectivos para a conservação do património natural nas diferentes políticas (ordenamento do território e urbanismo, turismo, agricultura, transportes, entre outras);

- Defender as áreas de RAN (Reserva Agrícola Nacional) e REN (Reserva Ecológica Nacional), cuja gestão deve salvaguardar o interesse público e o interesse das gerações vindouras;
-
- Promover um Programa de Emergência para a Serra da Estrela, enquadrador das medidas necessárias para responder à situação crítica resultante dos recentes incêndios florestais;

1.3. Situação social e cultural

1.3.1. Educação e Ciência

O período que decorreu entre a última AORCB, em 2019, e a que agora se realiza, em 2022, foi marcado por uma pandemia que, só agora, começa a ficar controlada e que condicionou a vida, nomeadamente, escolar, em múltiplos aspectos. O confinamento imposto obrigou ao encerramento das escolas e os docentes, não docentes e investigadores viram-se confrontados com exigências para as quais não estavam preparados e com ausência de recursos adequados para fazer face a um repentino e intermitente regime de ensino remoto com o regime presencial.

Na verdade, o muito que foi feito só foi possível graças ao esforço titânico do pessoal docente e não docente, dando respostas francamente positivas ao que a realidade lhes foi impondo, sem que os responsáveis governamentais estivessem à altura do difícil momento. Ficou também patente o quanto é determinante a existência de uma Escola Pública, gratuita, democrática e de qualidade e com meios para incluir todos.

Outro dado de relevo que marcou este período foram as eleições legislativas em 2022. Apesar da composição da anterior Assembleia da República a verdade é que, por norma, o grupo parlamentar do PS, alinhou com os partidos à sua direita, bloqueando importantes medidas que teriam permitido o aprofundamento de avanços e a resolução de muitos problemas ignorados pelo governo, em particular pelo ministro Tiago Brandão Rodrigues que foi invisível e incapaz.

Atualmente há dois desafios que têm de ser vencidos para que a Escola Pública cumpra os seus desígnios constitucionais:

O combate às desigualdades, que se intensificaram devido à pandemia, obriga a um aumento de recursos, para que a escola seja verdadeiramente inclusiva; e a necessidade urgente de valorização da profissão docente para que os jovens que concluem o secundário queiram ser professores, bem como, para atrair aqueles que já sendo professores, abandonaram precocemente a profissão, dando resposta ao flagelo que já grassa em muitas regiões do país - a falta de docentes!

Para isso, é urgente que o orçamento para a educação atinja os 6% do PIB! É preciso que se corrija, o subfinanciamento crónico de que o sector da Educação e Ensino têm sido alvo.

Persistem ainda outros problemas estruturais sem qualquer solução: a gestão, com a centralização de decisões na figura dos “directores”, negando princípios de elegibilidade, colegialidade e democraticidade; a (des)organização da rede escolar de onde sobressai o flagelo dos mega-agrupamentos; a entrega das responsabilidades aos municípios - hoje, muitos constatam, que não é desta forma que os problemas se resolvem.

Que o digam as escolas do distrito de Castelo Branco que, salvo raras exceções, continuam a ter de lidar com a falta de assistentes operacionais; o alastramento da precariedade, com milhares de trabalhadores a não conseguir um vínculo definitivo, anos e anos a fio;

Apesar de, na última legislatura, ter sido possível, por proposta do PCP, que as famílias fossem aliviadas do pagamento de, tantas vezes, centenas de euros para pagamento do serviço de creche no atendimento às crianças dos zero aos três anos, persiste a necessidade de inclusão desta faixa etária no sistema educativo, como uma medida imprescindível na promoção da igualdade de oportunidades e na afirmação do princípio de que todas as crianças têm direito a uma educação de qualidade desde que nascem. Para tal, urge a criação de uma rede pública de creches.

Ensino Superior

O distrito conta com duas importantes instituições públicas de ensino superior, a Universidade da Beira Interior (UBI) e o Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), que são frequentadas por mais de 13 mil alunos e envolvem mais de 1100 professores, além de mais de 500 trabalhadores não docentes. Este ano, na primeira fase de acesso, a UBI conta com mais 1443 alunos, e o IPCB com 660.

É inequívoco o seu contributo para o desenvolvimento económico e social, tecnológico e científico da região, bem como para elevar as qualificações das populações.

No entanto, o continuado subfinanciamento público a que têm sido sujeitas, tem comprometido a sua autonomia e funcionamento, a valorização dos salários e das condições de trabalho e impedido o aproveitamento das enormes potencialidades existentes.

É disso exemplo a proposta de reorganização do IPCB, imposta pela direcção, sob pressão do governo e do subfinanciamento, que significaria a passagem de seis escolas para quatro, e que mereceu desde o início a nossa frontal rejeição.

Apesar de terem resistido ao “canto de sereia” do regime fundacional previsto no Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES) – cuja aplicação deveria ser objecto de avaliação cinco anos após a entrada em vigor (ou seja, em 2012, o que não aconteceu) – o esvaziamento democrático resultante deste regime reforçou a concentração de poder unipessoal, o autoritarismo e a lógica empresarial.

A precariedade continua a marcar o sector, existindo ainda casos homologados pelas CAB, criadas no âmbito do PREVPAP cujos concursos não foram abertos.

Só no final deste ano é que a UBI cumprirá a meta (mínima) de 50 % de professores associados e catedráticos de carreira, conforme determina o ECDU (Estatuto de Carreira Docente Universitária).

Os alunos continuam a ser confrontados com o pagamento das propinas que constituem um obstáculo no acesso ao ensino superior, sobretudo para os filhos dos trabalhadores. A perda de emprego e de rendimentos durante a crise pandémica e o brutal aumento do custo de vida agrava ainda mais a situação. Para além disto, acresce o enorme montante das taxas e emolumentos – ex.: a UBI cobra 725 euros pela prova de doutoramento, um dos valores mais altos do país - dos dois últimos ciclos, o baixíssimo nível de resposta dos serviços sociais, assim como o exíguo número de camas nas residências públicas – pelo que valorizamos o investimento anunciado pela UBI nas residências - situação que tem sido aproveitada para a especulação, mas, mais recentemente, para a construção de residências privadas (ou público-privadas) na lógica especulativa e de aproveitamento e não como resposta a uma necessidade. Saliencia-se que a UBI é das universidades portuguesas com maior percentagem, cerca de 65%, de estudantes deslocados, o mesmo se verificando no IPCB.

A evolução do sector contrasta com o rumo que seria necessário imprimir para que a UBI, o IPCB e os Centros de Investigação pudessem dar o seu contributo para o desenvolvimento da região e do país.

Para a AORCB do PCP a aposta na Educação passa por:

- Assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória de 12 anos, através de uma escola pública para todos, de qualidade, democrática e gratuita;
- Reforçar a Acção Social Escolar em todos os níveis e graus de ensino e educação;
- Abolir as propinas e outras taxas e emolumentos (nomeadamente nas entregas de dissertações e teses ou no requerimento de documentos essenciais à conclusão dos ciclos de estudo) o que permitirá, por um lado, aliviar o orçamento familiar e, por outro, o acesso ao ensino superior de jovens até aqui impedidos de o frequentar por razões financeiras;
- Reordenar a rede escolar que contemple e amplie uma rede pública de creches e de Educação Pré-Escolar (garantindo a universalização da frequência a partir dos 3 anos), garanta a proximidade real da escola ao local de residências dos alunos, abandone a lógica dos mega-agrupamentos de escolas e valorize e requalifique a escola rural, enquanto estratégia de promoção da educação permanente e motor do desenvolvimento e coesão territorial;
- Restruir o ensino profissional, articulando com estratégias sustentadas de desenvolvimento local, regional e nacional e que garanta o prosseguimento de estudos;
- Defender a autonomia e reforçar do financiamento do ensino superior público garantindo uma oferta formativa (graduação e pós-graduação) de qualidade e a implementação de contratos-programa visando a criação e manutenção de centros de investigação de excelência no distrito;
- Financiar uma agenda regional de investigação, articulando com as necessidades de desenvolvimento estratégico do tecido económico-social do distrito;
- Apoiar a transferência tecnológica, envolvendo UBI, IPCB, empresas e instituições;
- Apoiar a disseminação do conhecimento e da tecnologia pelo tecido produtivo e instituições públicas e privadas como um dos suportes essenciais para o relançamento da economia do distrito;
- Apoiar programas educativos e formativos diversificados que integre e equilibre a educação inicial com o ensino e a formação contínua de adultos e a educação formal e a educação informal, quer em horário laboral, como pós-laboral;
- Exigir uma política de construção e reparação dos edifícios escolares que, nomeadamente, retire, de forma segura para a saúde dos utentes, o amianto de todos os espaços escolares;
- Dignificar a profissão docente e não docente e erradique a precariedade;
- Combater a aposta do PS e do PSD na transferência de competências para as Autarquias, também na área da Educação, opção de desresponsabilização do Estado e que põe em causa a universalidade e equidade do direito à educação.
- Criar áreas curriculares não disciplinares fundamentais para a formação integral em áreas como o ambiente, a paz e o exercício da cidadania, entre outras; efectiva aplicação da educação sexual em todas as escolas, de uma forma interdisciplinar e transversal, assegurando os meios necessários ao funcionamento pleno dos gabinetes de apoio;

1.3.2. Movimento Associativo e Popular, Cultura e Desporto

O Movimento Associativo e Popular, intimamente ligado ao movimento operário e dos trabalhadores, visa a integração social e o combate à exclusão das camadas sociais afastadas da prática e usufruto da cultura, do desporto e dos tempos livres e o crescimento da sua consciência crítica, pela promoção cultural, pela participação na vida das colectividades e da sua comunidade.

No distrito assume um papel extremamente importante e uma dinâmica própria, mas enfrenta diversas dificuldades. Essas dificuldades resultam, em parte, da quebra demográfica e despovoamento de aldeias e vilas, das políticas governamentais de desinvestimento na cultura e desporto e dos escassos apoios por parte das autarquias.

Acresce a estes factos, a promoção de uma sociedade individualista, levada ao extremo nos média, do salve-se quem puder, e de desvalorização do colectivo, característica fundamental do movimento associativo. Os valores individualistas, o ataque a direitos como a desregulação dos horários de trabalho, os baixos salários e a precariedade, veiculados pelos média controlados e detidos pelo capital, são também responsáveis pela quebra de participação dos associados, pelas dificuldades na constituição de órgãos sociais de inúmeras colectividades de bairro e freguesia. Muitas, deixam de ter actividade cultural e desportiva, mantêm o bar/espço de convívio em funcionamento, como meio de ultrapassar a falta de apoios financeiros, e outras, acabam por encerrar.

Apesar de tudo, existem ainda no Distrito de Castelo Branco, 1013 associações sendo que destas 46 são confederadas. Manter em funcionamento as Associações de base popular, como meio de democratização da cultura e do desporto, exigirá motivação, estimulação e mobilização de vontades.

A ORCB do PCP assume a exigência de criação de uma rede de oferta desportiva como meio de formação democrática, emancipação popular e crescimento da consciência crítica. Exige também a devolução a todas as associações culturais e desportivas do IMI e IVA relativo à transmissão e locação de bens, à prestação de serviços bem como à aquisição de bens e serviços relacionados com as actividades sociais e com a construção e conservação de imóveis.

Cultura

A política de desprezo e abandono das funções culturais do Estado, em completo desrespeito pela Constituição da República Portuguesa, impede a democratização da criação e fruição culturais no distrito de Castelo Branco

Para o PCP a cultura é um valor insubstituível de emancipação individual e social, e parte integrante do desenvolvimento distrital, regional e nacional.

O Orçamento do Estado não atinge os 1% do Orçamento de Estado. Muitos profissionais das artes do espectáculo, no distrito, são atingidos pela forte precariedade que afecta os trabalhadores das artes.

As actividades e estruturas associativas ligadas ao Teatro e ao Cinema encontram-se no essencial, no eixo Covilhã, Fundão e Castelo Branco e também em Idanha-a-Nova. É evidente a intensificação da mercantilização cultural ao serviço dos interesses do lucro privado.

Para o PCP a democratização da cultura e a defesa e valorização do património cultural produzem efeitos no desenvolvimento económico-social, na protecção da língua e da cultura portuguesa, no acesso ao conhecimento científico e na actividade de criação artística.

Ao papel preponderante das Autarquias deverá juntar-se um Ministério da Cultura com os meios financeiros e humanos que permitam o cumprimento das suas funções. É assim necessário o alargamento da rede pública do ensino artístico e ensino articulado, na área da música, existente em Belmonte, Covilhã, Fundão, Castelo Branco e Sertã; o estabelecimento de modelos de contratação justos e adequados à realidade laboral que dignifiquem o trabalho artístico e cultural e a implementação de uma política fiscal em defesa das artes.

Alguma transformação, que temos vindo a assistir no Distrito, tem sido a nível físico, de equipamentos, como é exemplo a construção e/ou recuperação de teatros, cineteatros, museus. No entanto, para que esses espaços sejam vivenciados e sentidos como fazendo parte do colectivo, ou seja, como espaços públicos, é necessário um trabalho, a realizar pelas estruturas responsáveis por esses equipamentos, que potencie a oferta e fruição cultural.

Apesar de grande concentração nos pólos urbanos não seria correcto nem justo ignorar o trabalho de muitos agentes culturais e criadores por todo o distrito. Na definição das políticas para a cultura deve-se apostar na valorização dos agentes culturais locais (bandas e orquestras filarmónicas, grupos de teatro, ranchos folclóricos e grupos etnográficos), movimento associativo e no trabalho dos jovens criadores.

A política cultural autárquica não se pode resumir ao subsídio e à mera integração nas “Agendas Culturais Municipais” das iniciativas levadas a cabo pelos vários grupos e associações culturais que desenvolvem a sua actividade nos concelhos, mas a uma política de efectivo incentivo, apoio logístico e estímulo à criação, permitindo às organizações criar raízes e identidade própria. O apoio casuístico a uma ou outra iniciativa não lhes permite consolidação e perspectiva de futuro.

Para o PCP o movimento associativo não é um adorno da democracia ou o prolongamento instrumentalizado do poder, devendo ser um interlocutor e um agente dinâmico da concepção, execução e avaliação das intervenções culturais nas cidades e respectivas freguesias.

São necessárias políticas que respeitem a pluralidade criativa e a descentralização dos eventos culturais.

O PCP foi o primeiro a destacar, na sua prática autárquica, o domínio da cultura, tal como, aliás, o da educação. E, durante muitos anos, influenciou o conjunto do discurso político local sobre a cultura, nomeadamente a sua democratização com a generalização do acesso gratuito a equipamentos e eventos culturais, a valorização do associativismo local como protagonista dos processos de criação e de fruição artística, a reivindicação de competências e recursos como condição necessária e suficiente para a alavancagem da vida cultural local, contrariando a lógica do recurso aos subsídios e à compra de serviços aos produtores.

Ao nível da cultura defendemos:

- Atribuir 1% do OE para a Cultura
- Travar o processo de municipalização e empresarialização das políticas e dos serviços culturais, rejeitando a mercantilização e respeitando a diversidade cultural e artística potenciando o desígnio defendido de “cultura para todos”;
- Promover a criação de uma rede de difusão e oferta cultural coerente, democrática, diversificada, descentralizada, que envolva as populações e estabelecimentos de ensino do distrito e promova uma verdadeira emancipação do povo, das suas capacidades e liberdades;
- Acabar com a segregação que a falta de vivência cultural das populações trabalhadoras do Distrito são alvo, seja ela popular, tradicional, clássica ou institucional, terminando

assim, com a lógica de primazia do desenvolvimento intelectual e cultural a elites e democratizando a cultura;

- Apoiar os homens e mulheres do teatro, da pintura, da música, das artes e das letras e as associações culturais, desportivas e recreativas no esforço de socialização e integração que realizam;
- Incentivar a leitura e a criação artística;
- Apoiar a criação artística juvenil e culturas emergentes;
- Expandir e reforçar o ensino artístico, a educação pela arte, a animação cultural, apoiando a rede de instituições populares e de associações potenciando os valores da participação e identitários da cultura etnográfica e popular;
- Criar uma rede de equipamentos públicos que funcionem como pólos de actividade cultural, incentivando a leitura e apoiando a criação artística, nomeadamente entre os jovens;
- Combater a falta de acesso à Televisão Digital Terrestre, sobretudo nas áreas montanhosas, por parte de muitos cidadãos, que são empurrados para televisão paga com contractos de fidelização imorais.
- Devolver às Associações o IMI e o IVA relativo à transmissão e locação de bens, à prestação de serviços bem como à aquisição de bens e serviços relacionados com actividades sociais e com a construção e conservação de imóveis.

Desporto

No Distrito, à semelhança do resto do país, não existe qualquer política de desenvolvimento desportivo.

O Governo e as Autarquias, com grau de responsabilidade diferente, não dinamizam nem estruturam, de forma coerente e adequada às várias faixas etárias a actividade desportiva, e crescentemente promove-se a sua elitização e mercantilização. Em casos muito pontuais e resultantes da força do movimento associativo apoiam uma ou outra iniciativa que integram nas suas “Agendas Culturais e Desportivas”. De forma dissimulada, em protocolos de eficácia duvidosa, canalizam centenas de milhares de euros para o desporto profissional, nomeadamente o futebol.

A maioria dos municípios do distrito não tem Serviços Municipais de Desporto que dinamizem e organizem a actividade desportiva dando sentido e utilidade aos equipamentos e espaços desportivos municipais que foram construídos nos últimos tempos.

O INATEL, agora Fundação, apoia, ainda que de forma insípida e sem qualquer dinâmica própria os CCD (Centros de Cultura e Desporto) espalhados pelo Distrito.

No desporto, embora o futebol seja a actividade predominante, desde os jovens aos veteranos, existem inúmeras modalidades que por falta de apoio têm dificuldades em se manter e projectar como seria desejável.

Os jovens encontram no desporto escolar a principal oportunidade de iniciarem uma prática desportiva, porém, não encontram na comunidade a oportunidade de aprofundarem o potencial adquirido. Tem sido positiva a evolução das actividades ligadas à natureza em várias freguesias, que envolvem centenas de jovens.

A ORCB do PCP ao nível do desporto entende que é necessário:

- Democratizar o desporto aplicando no distrito o conceito do “desporto para todos” integrando o movimento associativo e potenciando o trabalho e a dedicação do dirigente voluntário;

- Dinamizar e criar reais e justas condições de acesso a actividades e equipamentos desportivos;
- Recrutar técnicos que possam dar apoio às colectividades na dinamização de actividades desportivas onde os jovens e adultos têm acesso, sem constrangimentos económicos, à prática e cultura física.

1.3.3. Saúde

A saúde é um dos mais poderosos factores de integração e coesão social. É também influenciada por múltiplos aspectos: individuais (hábitos de vida, educação e literacia, genética); sociais (condições financeiras, emprego, integração social, acessibilidade aos cuidados de saúde) e ambientais.

Sabemos que é no interior que a taxa de população idosa é mais elevada, que a população está em maior risco de pobreza, é onde existe maior desemprego, emprego precário e salários mais baixos, é onde existe maior taxa de iliteracia e maior isolamento e solidão.

A agravar todos esses factores junta-se ainda a dificuldade de acesso por parte das pessoas residentes no interior, principalmente das zonas rurais aos cuidados de saúde, onde se verifica o encerramento de extensões de centros de saúde; A escassez de médicos de família que se vai agravando com aposentação de médicos atualmente em funções; que os hospitais do interior não disponibilizam todas as especialidades, o que implica deslocações que muitas pessoas não podem pagar;

Outro problema está centrado na fixação de profissionais de saúde no SNS e, particularmente, no interior. Os concursos abertos para a colocação de médicos não preenchem a totalidade das vagas.

Os hospitais e centros de saúde continuam a recorrer a empresas de prestação de serviços, cujos profissionais não têm qualquer vínculo à instituição, o que implica muitas vezes redução da capacidade de resolução de problemas.

No entanto a questão da fixação de médicos no nosso distrito, não se resume ao problema financeiro, mas também às condições de trabalho que lhes são dadas.

Consideramos fundamental que haja estreita colaboração entre as unidades hospitalares da Guarda, Covilhã e Castelo Branco, para que a existência de especialidades, ou áreas destas, que sejam serviços de excelência, para a atracção de profissionais qualificados.

A necessidade de colaboração entre estes três hospitais, não deve ser confundida com a formação do “Centro Hospitalar da Beira Interior”. Outros Centros Hospitalares mostraram-se ineficazes e resultaram em perda de capacidade e de valências, na desestruturação de equipas e na degradação de serviços, com favorecimento do negócio da doença. A colaboração entre hospitais permitirá que os doentes que necessitem das especialidades de excelência, em vez de serem transferidos para Coimbra ou Lisboa, fiquem na região.

O encerramento de muitos serviços de proximidade e a falta de profissionais afectaram a capacidade de resposta dos centros de saúde e sobrecarregaram os hospitais.

As unidades de cuidados continuados são em número insuficiente, os cuidados domiciliários quase não existem e os cuidados paliativos são uma miragem.

Com o actual governo do PS assistimos a um desinvestimento no SNS, os hospitais acumulam dividas, as suas instalações e equipamentos degradam-se, houve um enorme encerramento de camas hospitalares

A percentagem do PIB adjudicada à saúde, mantém-se abaixo dos 6 % (é 6,5% do PIB, na média dos países da OCDE), manifestamente insuficiente para revitalizar o SNS, como é necessário.

O desinvestimento no SNS tem sido acompanhado por mais e mais transferências para os grupos privados do negócio da doença. Mais de 40% do orçamento de Estado dedicado à Saúde é transferido para os privados, que aumentam investimentos com a predação de fundos públicos.

Não podemos desligar estas opções da instalação de unidades hospitalares privadas, como na Covilhã, ou do anúncio da construção de uma unidade de cuidados continuados por uma multinacional do sector, também na Covilhã. Para além de aproveitarem as transferências do Orçamento do Estado para aumentarem os investimentos, os grupos privados têm aproveitado as más condições laborais e salariais dos trabalhadores do SNS para os atrair para as suas unidades.

Na mesma linha, assistimos na região ao favorecimento de opções privadas de saúde pela mão de algumas autarquias. A criação de um seguro privado de saúde para os munícipes, nas palavras do município de Idanha-a-Nova “complementar ao Serviço Nacional de Saúde”, é mais um exemplo de uma falsa solução que não garante protecção das populações e alimenta o negócio da doença.

As dificuldades nas urgências de obstetrícia do distrito de Castelo Branco estão a ser usadas para justificar encerramentos, retomando um objectivo, que foi derrotado pela luta em 2006. Nenhuma maternidade pode encerrar. A única solução é reforçar o SNS no que respeita aos profissionais e meios adequados, e não o encerramento ou a manutenção ou agravamento da actual situação.

Num quadro de agravamento crítico da saúde mental e do bem-estar psicológico na generalidade das faixas etárias, seja em contexto escolar, laboral, de doenças progressivas, crónicas ou no envelhecimento, continuamos a assistir a um desinvestimento grave nas especialidades da Psiquiatria, a que não escapam os serviços de Saúde no Distrito de Castelo Branco. São cada vez mais as consultas e os acompanhamentos adiados, o aumento de internamentos, a falta de vagas e a falta de especialistas no SNS. Portugal é na OCDE, o 2º país em 2022 onde se regista o maior consumo de antidepressivos. Em 2019, Portugal era o 2º país da Europa em que mais se sofria de depressão crónica (19% da população, ou seja, 1 milhão e 250 mil portugueses, dados do Eurostat). Em 2020, o PCP apresentava já medidas de reforço urgente e imediato no sector da Psiquiatria e de Psicologia no SNS para o Orçamento de Estado, num contexto em que cerca de 23% da população portuguesa, segundo dados da DGS, sofria de algum tipo de doença do foro psíquico ou mental. Com a COVID-19, esses números agravaram-se, demonstrados por exemplo pelas 6938 chamadas redireccionadas para o Centro de Apoio Psicológico e Intervenção em Crise do INEM só nos primeiros 9 meses de 2022.

Só com o reforço do SNS é possível dar resposta às insuficiências actuais e assim contribuir para a prevenção de quadros clínicos mais gravosos, uma melhor gestão na prescrição de fármacos associados a doenças psiquiátricas e mentais, reforçar os serviços de Psicologia, Psicoterapia e de Terapias Socio-Ocupacionais e prevenir e educar para as situações de *burnout* no local de trabalho, a depressão, o suicídio, o isolamento e doenças mentais degenerativas que, cada vez mais, afectam a população no nosso país.

Para que o SNS seja fortalecido é imprescindível que haja descongelamento das progressões. A reposição e criação de novas carreiras na Administração Pública, de acordo com as especificadas de cada função em concreto é da mais elementar justiça, na perspectiva da valorização das carreiras profissionais dos trabalhadores e da melhoria do serviço público que é prestado às populações.

A promessa de médico de família para todos, continua por cumprir.

Por tudo isto a população do interior está cada vez mais isolada e sem respostas perante as suas necessidades na área da saúde.

Mas essa realidade pode mudar com a defesa, valorização e reforço do Serviço Nacional de Saúde.

O direito constitucional à Saúde é inseparável do reforço e melhoria do Serviço Nacional de Saúde, objectivo que exige a ruptura com a política de direita e a concretização de uma política patriótica e de esquerda.

O PCP propõe:

- Respeitar os direitos dos trabalhadores do serviço nacional de saúde - Existência de condições de trabalho dignas, integração de todos os profissionais nas carreiras e remunerações adequadas de forma a incentivar e valorizar o regime de trabalho a tempo completo e a dedicação exclusiva ao SNS.
- Apetrechar o SNS de equipamentos, meios complementares de diagnóstico e profissionais suficientes, para que não seja necessário recorrer à prestação de serviços pelas instituições privadas;
- Melhorar os serviços informáticos, que desesperam os profissionais e aumentam os tempos de consulta, por vezes duplicando-os;
- Acabar com os, absurdamente, curtos tempos de consulta, principalmente nos Cuidados Primários, que por vezes mal deixam que o doente veja o médico (atrás de um computador cujo sistema não funciona), quanto mais para uma consulta;
- Acabar com a promiscuidade entre público e privado, pois os lucros daquelas empresas deixarão de ser pagos aos que fazem da saúde um negócio e passarão a poder ser investidos no SNS;
- Melhorar a rede de Cuidados Continuados pública;
- Implementar uma rede de Serviço Domiciliário, tanto nas áreas médicas como de cuidados pós-cirúrgicos e de pensos, que poupará dinheiro aos utentes e diminuirá os gastos nos serviços de urgência e nas consultas externas.
- Garantir a autonomia administrativa e financeira do serviço nacional de saúde, com o fim da promiscuidade entre o público e o privado e eliminação das taxas moderadoras.
- Concretização E desenvolvimento do serviço nacional de saúde como serviço público, universal, geral e gratuito, eficiente e eficaz, mantendo-se o Estado como prestador geral e universal de cuidados de saúde e o sector privado e social um papel supletivo.
- Garantir o transporte não urgente de utentes, que seja instrumental à realização da prestação de cuidados de saúde no âmbito do SNS é isento de encargos para o utente quando a situação clínica o justifique ou por carência económica, designadamente no caso de necessidade de tratamentos prolongados ou continuados.
- Rejeitar a municipalização da saúde, por se integrar na estratégia de reconfiguração do Estado, da sua desresponsabilização na garantia do direito constitucional à saúde e de constituir um passo no processo de privatização, e provocar a desintegração da prestação de cuidados de saúde.
- Planificar a rede pública prestadora de cuidados de saúde, instrumento de combate à ineficiência, de melhoria da acessibilidade e da qualidade. Aplicação do princípio da proximidade e racionalidade na construção de novas unidades de saúde.
- Dotar o SNS de um sistema local que articule os vários níveis de prestação de cuidados e reforçar os seus meios, para que aumente a sua capacidade de resposta e

simultaneamente reduza de forma progressiva o recurso a entidades privadas convencionadas.

Só com o reforço do serviço nacional de saúde é possível a universalidade dos cuidados.

1.3.4. Serviços Públicos

Das grandes conquistas de Abril, fazem parte a Segurança Social Pública e os Serviços Públicos essenciais que, nos últimos anos, têm sido atacados pelos sucessivos governos PS e PSD/CDS.

A meta pretendida pelos sucessivos governos é a privatização de todos os Serviços Públicos, o que se começa a notar já com a transferência de competências para as autarquias, das funções sociais do Estado, da Educação, Saúde e Acção Social. Mas a nossa luta não pode parar, e o importante é combater estas propostas.

Cada vez mais, com a privatização dos Serviços Públicos, as empresas aumentam os seus lucros e os preços são cada vez maiores. Os trabalhadores, o povo, perdem direitos, qualidade de vida, os serviços adquiridos e as facturas são cada vez maiores.

Prestações sociais de desemprego, doença, invalidez, viuvez, maternidade-paternidade, apoio às famílias, reformas e pensões, pensões sociais, rendimentos de inserção e a acção social, são direitos que poderão estar em causa caso a Segurança Social caia nas mãos do grande capital.

Cada vez mais se verifica, apesar de todas as lutas do PCP, a transferência de equipamentos da Segurança Social para os privados e IPSS. Nota-se isso nos infantários, creches e casas de acolhimento de idosos. Isso traduz-se cada vez mais, em perdas de capital, na destruição de postos de trabalho, na perda de direitos para as famílias e na degradação dos Serviços Públicos.

A maioria dos serviços que foram encerrados, não voltaram a ser reabertos, fazendo com que os trabalhadores e o povo fiquem sem os Serviços Públicos na proximidade e tenham que efectuar longas deslocações cada vez que precisam desses serviços.

Continuam a fechar estações dos Correios, centros de saúde, postos da GNR, balcões da CGD.

Entre 2020 e 2021, no distrito, saíram cerca de 50 militares da GNR para a reserva e apenas entraram 30, o que veio agravar um défice que se arrasta há vários anos. Estima-se que as necessidades de efectivo, para cumprir o volume de trabalho respeitando as regras e horários de trabalho e descanso, rodem mais 200 militares. Este problema é agravado pelo envelhecimento do corpo no distrito, cerca de 40% têm mais de 50 anos. Só com reforço de efectivos é possível aumentar o patrulhamento e a interacção com as populações. Mantêm-se preocupações com as condições de vários postos da GNR, em particular, o do Fundão, que gera preocupações e que, apesar de existir projecto, ainda não avançou. Os postos de Unhais da Serra e o de Paul estão em condições deploráveis, o primeiro já tem uma solução prevista e o segundo tem projecto aprovado sem calendário de execução. Também o posto de Tortosendo tem projecto aprovado. Impõe-se ainda a recuperação do posto de Vila Velha de Ródão, após queda do telhado. As reivindicações de valorização profissional e salarial não encontram respostas na proposta de Orçamento de Estado do governo PS. A generalidade dos profissionais da GNR está a perder poder de compra há mais de uma década, sendo que as propostas do governo se limitam a uma simples transição de nível remuneratório, deixando milhares de profissionais de fora desta progressão.

A privatização dos CTT, efectuada pelo governo PSD em 2013, deixou populações de diversos concelhos sem a garantia e a segurança da frequência, qualidade e universalidade da prestação do serviço público postal, os preços de todos os serviços postais aumentaram e pôs em causa a coesão social e territorial do nosso País. Os trabalhadores dos CTT

continuam a denunciar a falta de trabalhadores no distrito. No plano nacional faltam cerca de 750 Carteiros e 250 técnicos. As condições de trabalho estão directamente proporcionais à qualidade do serviço público postal.

Nos centros de saúde cada vez mais se sente a falta dos profissionais de saúde, faltam médicos, enfermeiros e auxiliares de acção médica. Na saúde faltam profissionais de todas as categorias criando cada vez mais dificuldades de funcionamento, sobrecarga dos trabalhadores e até encerramentos de extensões de saúde e outros serviços.

Nas escolas, os auxiliares de acção educativa são cada vez em menor número e as tarefas mais diversificadas e exigentes.

Nos postos da GNR cada vez se nota mais a falta de agentes, não existem quase patrulhas, e as que existem tem que patrulhar uma extensão muito maior.

Nas escolas os auxiliares de acção educativa são cada vez mais escassos e cada vez com mais tarefas para desempenhar.

Os transportes públicos são cada vez mais privados. Os horários disponíveis são cada vez menos, e desarticulados com os horários dos trabalhadores.

É urgente travar esta rápida destruição dos serviços públicos. Temos que exigir a renovação e a extensão dos Serviços Públicos, e não a sua destruição.

O PCP tudo tem feito e assim continuará a fazer em defesa dos Serviços Públicos, lutando para reconquistar os que foram “roubados”, exigindo o seu desenvolvimento e melhoria ao serviço do desenvolvimento e progresso do distrito e da melhoria da qualidade de vida da população.

2. Luta de Massas em prol dos trabalhadores e das populações

2.1. Luta da classe operária e dos trabalhadores

A luta é o elemento determinante para colocar fim à política de direita e para encetar um modelo de desenvolvimento assente em políticas de crescimento económico que tenham como objectivo fundamental a valorização do trabalho e dos trabalhadores, o aumento dos salários, o pleno emprego e a criação de emprego com direitos a par da melhoria das condições de vida.

À semelhança do País, o distrito e os trabalhadores precisam de uma política patriótica e de esquerda, precisam de reafirmar, prosseguir e intensificar a luta, combatendo firmemente todas e quais queeres medidas que aprofundem ainda mais a exploração dos trabalhadores.

Nos últimos anos os trabalhadores foram confrontados com várias provações acentuadas pela Pandemia. O aproveitamento para explorar os trabalhadores ficou desde o primeiro momento evidente.

Mais uma vez, o capital demonstrou a sua ganância, colocando em causa direitos fundamentais e elementares. No entanto, hoje como sempre, os trabalhadores têm encontrado na luta de massas o factor de resposta e resistência.

Os trabalhadores, em unidade e de forma organizada em acções de massas e com o papel fulcral do movimento sindical, têm dado uma resposta determinante na dinamização e envolvimento de todos eles na luta consequente pela reposição e conquista de direitos, pela exigência da valorização das carreiras, pelo aumento do Salário Mínimo Nacional pelo respeito e valorização do trabalho e, pelo aumento geral dos salários.

A luta nos vários sectores, quer público quer privado, o combate à precariedade (exigindo a passagem dos que se encontram em situação precária a efectivos), a defesa dos postos de trabalho, pelo desenvolvimento económico e social do distrito e do País é uma constante no movimento operário e na acção do PCP.

Ao longo dos últimos anos os trabalhadores foram chamados a dar o seu contributo em várias acções de luta a partir das empresas e locais de trabalho, sectoriais ou convergentes com o importante papel dos sindicatos da CGTP-IN e da USCB, o 1.º Maio tem sido um momento fulcral de afirmação dos trabalhadores, que mesmo em pandemia nunca perderam a determinação.

Uma intensa luta que organiza, envolve, mobiliza e contribui para a elevação da consciência social e política de quem a trava e desenvolve.

O PCP, enquanto partido da classe operária e de todos os trabalhadores, esteve sempre com a luta e na luta, nunca os abandonando, incentivando-os e dando-lhes os objetivos políticos necessários para que a sua luta seja consequente. A classe operária e os trabalhadores tiveram e continuarão a ter no PCP o seu partido de vanguarda.

Sabe-se que esta é uma luta intensa e prolongada, é um processo onde as grandes acções de convergência assumem um papel de grande importância, mas onde a convergência terá que necessariamente passar pela permanente acção sectorial e, em particular, pelas empresas e locais de trabalho.

No actual contexto em que a especulação é uma constante e com a qual os trabalhadores são diariamente confrontados é imperativo o desenvolvimento de novas dinâmicas de acção, fomentar a unidade, estimular convergências e assim contribuir para a elevação das consciências e do patamar da luta, de forma a inverter e abrir caminho a reais alternativas que assegurem o fim da exploração e um país mais solidário e justo.

2.2. A classe operária, os trabalhadores e as suas organizações de classe

A classe operária, os trabalhadores e as suas organizações de classe são a força insubstituível e determinante na luta transformadora em defesa dos direitos e interesses da classe operária, dos trabalhadores e do povo português, por um Portugal desenvolvido democrático e soberano, de progresso e justiça social.

Com a sua resistência e unidade nos locais de trabalho, a classe operária, os trabalhadores têm sido os grandes impulsionadores da resistência à ofensiva da direita e dos sectores mais reaccionários e simultaneamente os obreiros das poderosas lutas de massas pela mudança necessária de que são exemplo as greves sectoriais, as grandiosas manifestações marcadas pela CGTP-IN que têm ocorrido em Lisboa e no Porto e as acções descentralizadas por todo o país e também no distrito.

A unidade, resistência e luta da classe operária e dos trabalhadores no distrito é inseparável da intervenção, da acção, da capacidade de reivindicação, de mobilização, de organização e direcção das estruturas que aqui intervêm em torno dos seus Sindicatos e da sua central de classe a CGTP-IN. Pela sua natureza de classe e raízes, papel que desempenham, capacidade de intervenção, mobilização, luta e proposta, as estruturas sindicais são alvo de tentativas de desvalorização, isolamento e silenciamento com o claro objectivo de separar os trabalhadores e a classe operária das organizações que os representam.

Os Comunistas no movimento sindical unitário devem procurar o reforço da organização sindical dos trabalhadores, seja nos seus sindicatos de classe ou no movimento unitário das Comissões de trabalhadores. Devem intervir na procura de elevar a luta para patamares

que permitam aos trabalhadores, intervir e lutar pela conquista de direitos, e consequentemente elevar a sua consciência de classe, contribuindo para a percepção do seu papel de transformação da vida e da sociedade.

Devem procurar dar especial atenção ao reforço do Partido, identificando os trabalhadores que mais se destacam nas lutas, os mais corajosos, mais reconhecidos pelo seu exemplo, e trazê-los para o Partido.

Devem assumir a defesa e afirmação da natureza e princípios que caracterizam a grande central sindical dos trabalhadores portugueses, trabalhar para o reforço do movimento sindical unitário e da sua acção, em convergência com outros dirigentes e activistas sindicais, com ou sem filiação partidária, no respeito pelas decisões dos órgãos próprios das estruturas sindicais e seguindo as orientações do Partido.

A situação dos trabalhadores e das suas famílias enfrenta um agravamento brutal. Primeiro à boleia da pandemia, agora com as sanções, a guerra e o aproveitamento que alguns sectores disso fazem, o que está em marcha é uma tentativa de assalto aos direitos e aos salários, às pensões e aos serviços públicos.

A situação actual exige medidas imediatas para aumentar os salários e pensões, travar a especulação, a degradação das condições de vida e a exploração, proteger e reforçar os serviços públicos e as funções sociais do Estado.

A resposta à ofensiva com que os trabalhadores e o povo se confrontam é inseparável da intensificação da acção reivindicativa e da luta e está ancorada no reforço da organização sindical de base, através da sindicalização, eleição de mais delegados sindicais e de levar à prática, de forma permanente e consequente, uma acção integrada desde o planeamento da intervenção e definição dos objetivos à responsabilização de todos os quadros sindicais e avaliação regular dos resultados.

Para se alcançarem resultados na contratação colectiva, nos horários de trabalho, por melhores salários, na reconquista de direitos a luta tem de continuar e intensificar-se, porque aos trabalhadores nada lhes foi dado sem a sua acção e unidade em torno das organizações representativas, mas é inegável que novas perspectivas se põem aos trabalhadores e à classe operária pelo que não podem ficar na expectativa de que os problemas se resolvam sem a sua acção empenhada e combativa.

É urgente a afirmação e valorização do trabalho e dos trabalhadores, caminho que, estamos certos, continuará a contar com a participação e intervenção dos militantes comunistas em unidade com outros sindicalistas, para contribuir para a criação de condições que abram caminho à ruptura com a política de direita e à construção de uma alternativa política patriótica e de esquerda que dignifique quem trabalha e produz a riqueza.

2.3. Luta em defesa dos serviços públicos, das populações e outras camadas e grupos sociais

Nos últimos anos, as políticas de empobrecimento e de exploração resultaram em ataques diversos aos direitos, aos serviços públicos, às condições de vida de muitos que vivem e trabalham no distrito.

Existem combates que se mantiveram e intensificaram, como a luta contra as portagens na A23 e A25, a requalificação de estradas municipais, a luta contra a privatização da água e a redução da factura na Covilhã.

Salienta-se igualmente as acções levadas a cabo pelo MDM pela dignificação e defesa dos direitos das mulheres, destacando-se a realização da Manifestação Nacional realizada

em Lisboa, no quadro do 8 de Março – Dia Internacional da Mulher, com boa participação do distrito.

Nestas e noutras lutas, o empenho dos comunistas esteve sempre evidenciado importando continuar a incentivá-lo no sentido da exigência do cumprimento dos valores de Abril, sendo por isso indispensável, entre outras medidas:

- Prosseguir e intensificar no plano unitário a luta pelo direito à mobilidade (fim das portagens, melhores transportes), contra as privatizações e o encerramento de serviços públicos, contra a municipalização das funções sociais do Estado;
- Dinamizar a participação dos membros do Partido nas organizações e movimentos de massas: sindicatos e outras organizações de classe e profissionais, colectividades, movimentos de mulheres, associações de reformados, deficientes, comissões de utentes, e em lutas contra todas as discriminações e preconceitos, nomeadamente em função da orientação sexual, aspectos que requerem o empenho e a intervenção dos militantes e organizações do Partido.

2.4. A luta dos Reformados

A luta dos reformados e pensionistas foi e é determinante na reivindicação da valorização das reformas e pensões e pelo direito a envelhecer com qualidade de vida. O baixo valor das pensões e reformas, que predomina entre a larga maioria dos idosos, e a subida dos preços tornam mais urgente a necessidade do seu aumento real e do combate à sua desvalorização. Há que corrigir as profundas insuficiências e fragilidades na resposta aos problemas dos idosos. É inadiável a criação de uma Rede Pública de Lares e de outros equipamentos e serviços de apoio à terceira idade e à deficiência, o apoio às pessoas e famílias que precisam de cuidados diferenciados e o reforço do Serviço Nacional de Saúde (SNS) que responda às necessidades. O aumento da esperança de vida é uma marca de progresso civilizacional. Importa assegurar que mais anos de vida sejam acompanhados de melhores condições de vida, com a garantia de autonomia económica, bem-estar físico, psicológico e social, adequada protecção na doença e na dependência, políticas que previnam e combatam o isolamento, incentivem o convívio, a fruição saudável dos tempos livres, estimulando a participação social, política, associativa e cultural.

No distrito de Castelo Branco existem poucas estruturas de reformados que dêem expressão à importância da organização e luta deste grupo social com problemas e reivindicações específicas, a que urge dar resposta. As estruturas existentes, têm expressão sobretudo no Concelho da Covilhã, estão integradas na Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI) e têm tido um papel insubstituível na luta pelo direito a envelhecer com direitos, têm desenvolvido lutas de carácter regional, em particular em torno do dia do idoso, e garantido mobilização para realizações anuais como o Piquenício. Têm expressão crescente, em vários concelhos do distrito, as Universidades Sénior.

A Inter-Reformados, organização específica da CGTP-IN para os trabalhadores reformados, pensionistas e aposentados, tem tido um importante papel na sua mobilização para as lutas que têm sido travadas pelos trabalhadores, a partir dos sindicatos e da CGTP-IN, a partir da criação e funcionamento das comissões de reformados aos vários níveis das estruturas sindicais.

A ORCB do PCP aponta assim as seguintes linhas de acção:

- Desenvolver linhas de reforço do trabalho organizado dos militantes reformados e pensionistas em torno das suas aspirações e reivindicações;

- Aos comunistas que intervêm no movimento e organizações de reformados cabe a responsabilidade de promover a unidade e dinamizar a intervenção, a acção e a luta em torno dos objectivos deste grupo social;

2.5. Luta da Juventude

A luta é, sempre foi e sempre será, elemento-chave na transformação da realidade, por uma vida digna e condições nas escolas e locais de trabalho. Também na região de Castelo Branco os jovens lutam pela melhoria das condições de vida e pela conquista dos seus direitos e do seu futuro. Quer seja na reivindicação de um ensino justo e para todos, na defesa de uma região que proporcione uma vida melhor aos seus jovens, com transportes, habitação acessível e empregos com direitos, os jovens não abdicam de lutar pelo seu futuro.

Importa destacar várias lutas que foram desencadeadas nos últimos anos pelo movimento estudantil, como as manifestações de estudantes da Universidade da Beira Interior durante a pandemia, que reivindicavam contra a propina, por mais e melhores residências públicas e por mais investimento no ensino para que pudessem não passar frio nas salas de aula.

Também na Escola Profissional de Artes da Beira Interior, os estudantes lutaram por menos carga horária e um regime de faltas mais justo.

Realça-se ainda a acção nacional de luta dos estudantes do ensino superior, marcando os 60 anos do Dia Nacional de Estudante, numa grande manifestação em Lisboa contando com a presença de estudantes da UBI, e também, no final do ano lectivo de 2021/2022, a acção de luta na Escola Secundária Campos Melo, na Covilhã, com uma concentração à porta da escola lutando contra os exames nacionais e por mais investimento no ensino secundário.

É importante afirmar que o reforço da JCP e da sua actividade foi de grande importância para o desenvolvimento da luta estudantil na região. O papel dos jovens comunistas foi crucial para o êxito das mesmas, pelo que importa continuar a reforçar a acção e intervenção da JCP junto da juventude da região. O reforço da actividade e a capacidade de recrutar mais jovens são tarefas essenciais para uma JCP mais forte no distrito de Castelo Branco, permitindo uma ligação mais forte aos problemas e à realidade dos jovens da região, necessitando de continuar o trabalho de agitação e continuar a cultivar nos jovens este espírito revolucionário para que todos saibam que a transformação da realidade, do mundo em que vivemos, apenas depende da luta de massas.

2.6. Luta dos Agricultores

O Movimento Associativo dos agricultores no nosso distrito tem tido uma voz muito activa na denúncia dos problemas, tem participado nas diversas acções promovidas pela Confederação Nacional da Agricultura e, de forma organizada, tem dinamizado lutas regionais reclamando medidas de apoio concretas para os seus problemas, designadamente pelos prejuízos provocados por condições climáticas adversas (secas, temporais e geadas), por animais selvagens, pelo escoamento dos produtos a preços compensatórios, contra o elevado preço dos factores de produção, por uma distribuição mais justa dos apoios públicos e exigindo a concretização do regadio a sul da Gardunha. Da luta dos agricultores destaca-se a marcha de tractores realizada no dia 18 de Abril deste ano na cidade do Fundão.

2.7. Luta pela Igualdade

Em Portugal, a igualdade entre homens e mulheres perante a lei, foi instituída de forma muito rápida e inserida num conjunto mais vasto de outros direitos gerais e garantias do povo português, resultante da Revolução de Abril. Apesar de muitas mulheres e homens, durante os anos da ditadura fascista terem lutado pelos direitos das mulheres, esta consciencialização de que todos são iguais perante a lei e a vida não foi assumida com a mesma rapidez da produção dos textos legais, nem as políticas de direita que se seguiram deram espaço à efectivação da igualdade. Assim, a emancipação, na maior parte dos casos, é virtual e as discriminações na vida social, na família, no trabalho e na política continuam a ser uma realidade. Estas desigualdades foram agravadas com as políticas de direita que ao longo dos anos se foram instalando. Foram também agravadas com a pandemia COVID-19 que vulnerabilizou, essencialmente, as mulheres com filhos menores a cargo.

Deste modo, houve um agravamento das condições de vida das mulheres e uma maior desigualdade no acesso à saúde, à justiça, à segurança social, mas também à sua emancipação. A violência doméstica aumentou drasticamente sobre as mulheres, principalmente, em 2022. A precariedade sente-se mais nas mulheres e, em Portugal, o rosto da pobreza é de mulher com filhos menores. Durante a pandemia foram, sobretudo, as mulheres que estiveram na linha da frente, quer nos serviços chamados essenciais, mas também foram as que sofreram maiores taxas de despedimentos, precariedade e desregulação do horário de trabalho.

Uma das expressões maiores de desigualdade está nos números do desemprego. No distrito de Castelo Branco 55,2% dos desempregados são mulheres. E este número é ainda mais esclarecedor da situação de desigualdade quando se olha para as habilitações académicas: neste distrito de Castelo Branco, as mulheres são as que detêm maiores habilitações académicas. Em relação ao salário (trabalhadores por conta de outrem), as mulheres no distrito de Castelo Branco, ganham em média menos 10% do que os homens; além da agravante de, também no distrito, se ganhar, em média, muito abaixo da média nacional.

A ORCB do PCP aponta assim as seguintes linhas de acção:

- Conhecimento actualizado da realidade das mulheres no distrito de Castelo Branco e das suas condições de vida específicas;
- Incentivar a luta das mulheres em torno de objectivos específicos pela igualdade, o exercício dos seus direitos no trabalho, na família e na vida e numa importante contribuição para a luta geral, destacando-se a realização das manifestações de mulheres convocadas pelo Movimento Democrático de Mulheres (MDM) e as iniciativas das comissões de igualdade da CGTP-IN, para comemorar o Dia Internacional da Mulher, que têm dado expressão de massas à luta em defesa dos seus direitos e por uma verdadeira política de igualdade.
- Reforço da responsabilização de mulheres nos órgãos do partido, nas listas e na acção política no distrito;
- Promoção e organização de um grupo de trabalho para as questões da luta pela igualdade no distrito;
- Luta pela ruptura das políticas de direita que aprofundam a situação de discriminação em que vivem as mulheres;

2.8. Actos eleitorais, acção e luta nas instituições

No período entre Assembleias ocorreram 5 actos eleitorais. As eleições legislativas e para o Parlamento Europeu em 2019, as presidenciais e autárquicas de 2021 e legislativas em 2022.

As legislativas de 2019 tiveram lugar após um ciclo político que, por acção e iniciativa do PCP e da luta dos trabalhadores permitiu em 2015 não só interromper e pôr fim à política de desastre e roubo dos governos do PSD/CDS, mas como avançar no sentido de reposição de direitos entretanto sonogados e, ainda, produzir avanços com significado para os trabalhadores e o Povo.

Nas eleições legislativas de 2019, apesar do recuo eleitoral da CDU, foi possível dado o equilíbrio de forças resultante na AR, impedir o regresso de PSD e CDS ao poder e prosseguir o caminho trilhado em 2015, ainda que em circunstâncias mais desfavoráveis.

As eleições para o Parlamento Europeu de 2019 resultaram numa significativa perda eleitoral da CDU. Foi um período marcado por fortes ataques ao partido, à sua seriedade, envolvendo múltiplos casos e uma intensa propaganda, mentira e manipulação, reproduzidos, emolados por horas e horas de comentário político, factos que terão contribuído decisivamente para os resultados. Os ataques de que o PCP é alvo têm objectivos mais amplos, visando atacar o próprio regime democrático. Em confronto com a constituição não hesitam em branquear forças reaccionárias, difundir ódio fascizante, criminalizar qualquer opinião que questione a ditadura do pensamento único, condicionar o acesso à informação e limitar liberdades, direitos e garantias.

Nas eleições presidenciais o candidato apoiado pelo Partido consegue, no distrito de Castelo Branco, uma significativa subida eleitoral face às últimas eleições presidenciais, isto num quadro em que as forças que disputaram as eleições eram diferentes e em que foi amplamente notória a promoção de forças com discurso demagógico, com acção de dinâmica fascizante e com compromissos com o capital.

As eleições autárquicas de 2021 representaram um recuo em votos para a CDU no distrito de Castelo Branco. Eleições disputadas no quadro da pandemia, com fortes limitações à forma como intervimos e nos ligamos às populações, disputadas num quadro de dificuldades de organização quer por via da pandemia, da dificuldade em reunir e organizar trabalho, bem como restrições e dificuldades no contacto directo com as populações. A CDU obteve cerca de 5932 votos para as Assembleias Municipais correspondendo a 5,92% do total distrital, ficou com representação nos órgãos autárquicos de 7 dos 11 Concelhos do Distrito de Castelo Branco, com 31 eleitos directos e elege um vereador em Belmonte. Manteve a maioria na freguesia de Boidobra. Tendo aumentado de votação em 6 concelhos, os resultados da CDU ficam aquém dos objectivos eleitorais traçados, em particular com a perda dos eleitos municipais em Castelo Branco e Idanha-a-Nova e a perda de 1 dos 2 eleitos na Assembleia Municipal do Fundão. No entanto, os resultados confirmaram a CDU como importante força de esquerda no Poder Local em Castelo Branco, conquistando algumas posições onde há muito não tinha eleitos, como é o caso da eleição de um vereador em Belmonte.

As eleições legislativas de 2022 são marcadas face à recusa do PS em acolher contributos e propostas de progresso para o orçamento do Estado. O PS avaliou o momento político para se libertar do que veio posteriormente a caracterizar publicamente como “amarras” ou “constrangimentos” à sua “esquerda”.

Foram essas “amarras” que não só libertaram o país do rumo desastroso de PSD e CDS, como produziram avanços, reconquistas e conquistas no plano do trabalho, dos rendimentos e direitos sociais e na defesa dos serviços públicos.

O PS, fortemente pressionado e apoiado pelo capital, recusou as propostas do PCP, quer quanto ao salário mínimo, à defesa do SNS, à melhoria dos rendimentos de reformados e pensionistas, à revisão das normas gravosas da legislação laboral (que permitiria uma elevação dos salários em geral), convergindo com o presidente da república para a convocação de eleições antecipadas.

Eleições disputadas num quadro desfavorável, numa intensa bipolarização, a que não faltaram sondagens manipuladas a preceito para traduzir um risco de PSD voltar ao poder, de promoção por um lado e sobrevalorização do papel de forças reaccionárias de direita e extrema-direita, de diminuição do papel do partido e apropriação por parte do PS dos avanços alcançados desde 2015.

De todo este quadro, que continua a merecer análise e aprofundamento de discussão, resultou uma quebra substancial de força eleitoral da CDU, com perda de votos e deputados, com a perda do grupo parlamentar do PEV.

O PS obteve maioria absoluta o que torna mais difícil influenciar institucionalmente avanços. Esta é uma situação mais exigente e requer disponibilidade, determinação e organização para intervir e lutar por uma alternativa política patriótica e de esquerda, que defenda o interesse nacional e os direitos dos trabalhadores e explorados, bem como dê combate a todas as tentativas de retrocesso do que foi conquistado, pela luta e acção do partido, desde 2015.

3. O Partido

3.1. Organização, Direcção e Funcionamento

O Partido é chamado a intervir num quadro de grande exigência e complexidade e em muitas frentes. A ligação às massas é o elemento essencial da sua intervenção, sendo no trabalho de massas que o Partido encontra os novos militantes, os quadros, a energia revolucionária e a inspiração para, de forma consistente, se renovar, rejuvenescer e reforçar. O XXI Congresso do Partido e a Conferência Nacional realizada em Novembro de 2022, colocam o reforço da organização do Partido, em todas as suas componentes, como uma tarefa permanente e prioritária e um instrumento para a acção.

O número de membros do Partido no Distrito, no final de 2021, era de 625. A organização do Partido é composta por maioria de operários industriais (39%) e de empregados (30%), seguida de quadros técnicos e intelectuais (20%) e de PME (7%), sendo o peso de agricultores e de estudantes muito reduzido (1% e 3%). Continua a verificar-se um aumento do peso das mulheres na organização (26%) necessitando de continuar a consolidar-se esta evolução. Desde o início de 2019 realizaram-se 31 recrutamentos.

No plano da estrutura partidária, existem actualmente 25 organismos do Partido, envolvendo 103 militantes, assente nas 6 comissões concelhias, 1 comissão de freguesia, 8 células de empresas/sectores ou sindicais, 6 organismos para o trabalho autárquico e outros organismos intermédios de acompanhamento a diversas frentes (colectividades, reformados, trabalho junto das mulheres, comissão utentes ou UBI).

Na ORCB a acção “100 novas células do Partido e 100 novos responsáveis de Células” traduziu-se na responsabilização de 3 novos responsáveis e 2 novas células de empresa ou local de trabalho.

A campanha de recrutamento em curso deve continuar a ser uma prioridade de todo o colectivo partidário, em que todos os organismos devem realizar o levantamento de nomes para a concretização de conversas.

A DORCB é o organismo que dirige o trabalho do Partido no distrito de Castelo Branco, deve manter uma composição com camaradas ligados às empresas e locais de trabalho, ao MSU e organizações representativas dos trabalhadores, intelectuais e camaradas das

organizações do Partido no distrito. Importante desenvolver uma linha de renovação e rejuvenescimento.

O Executivo é o organismo de direcção política entre as reuniões da DORCB, tendo um papel importante no conhecimento da realidade, na capacidade de decisão e de resposta política da Direcção. Foram dados passos para alargar o número de camaradas não funcionários com responsabilidades directas de organizações concelhias e de sectores que importa consolidar e aprofundar. A existência de um Secretariado permite responder a questões de planificação e de acompanhamento do trabalho político e questões quotidianas, dinamizar a vida do Partido e acompanhar as questões de quadros, de fundos e de organização.

O reforço da organização e da intervenção do Partido deve ser uma prioridade de toda a organização. Considera-se, pois, essencial:

- Aumentar a estruturação da organização do Partido com a criação e funcionamento de mais organizações, particularmente ao nível dos locais de trabalho e das freguesias;
- Constituir o Organismo Inter-concelhio da Zona do Pinhal que funcione complementarmente às organizações concelhias de Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei;
- Aprofundar medidas de elevação da militância e de responsabilização de quadros, alargando a discussão sobre os princípios de funcionamento do Partido, a sua importância e a necessidade da sua aplicação prática. Traçando a meta de responsabilizar mais 50 militantes por tarefas regulares;
- Cada organização deve identificar as empresas e locais de trabalho prioritários e aprofundar o seu acompanhamento. Estabelecer como prioridades o sector têxtil, indústrias eléctricas e do papel, minas, centros de contacto e os principais locais de trabalho da administração pública em cada concelho
- organizar prioritariamente os membros do Partido com menos de 55 anos nas organizações de empresa e de sectores;
-
- Prosseguir e aprofundar a afirmação da unidade, coesão e disciplina prevenindo e combatendo práticas que desmobilizam e enfraquecem.
- Melhorar o controlo de execução estimulando a apreciação crítica ao trabalho realizado, corrigir o que for de corrigir, combater o criticismo.
- Aprofundar e alargar a participação como direito e dever, a crítica e autocrítica, a responsabilização individual, o trabalho colectivo e a direcção colectiva, como elementos integrantes do nosso estilo de trabalho que devemos valorizar, melhorar e reforçar.

3.2. Militância, Quadros e Formação Ideológica

A militância tem um papel decisivo na força e intervenção do Partido. É fundamental que, para além de tarefas pontuais, cada um assuma tarefas regulares. A militância, que é determinada pela força da convicção e pela identificação com os objectivos e causas do Partido, enriquece profundamente o próprio e o trabalho colectivo. É na partilha e reflexão em colectivo, no organismo onde se integra, que cada militante se forma e contribui para o reforço do Partido.

A actividade do Partido é o resultado da acção consciente de todos os seus membros. Os sucessos/insucessos e insuficiências do Partido são produto do envolvimento de cada um e de todo o colectivo partidário.

Todos têm direitos e deveres que importam ser conhecidos e potenciados.

É fundamental a responsabilização dos novos militantes, a sua integração em organismos (local de contribuição individual e colectiva fundamental para a formação política e ideológica), o conhecimento do Programa e Estatutos, a defesa da unidade e coesão do Partido, o conhecimento do meio em que desenvolve a sua actividade, com o reforço da sua ligação aos trabalhadores, outras camadas laboriosas e populações defendendo as suas justas reivindicações e aspirações, contribuindo para o alargamento da acção, intervenção e prestígio do Partido.

A ORCB do PCP decide:

- Desenvolver a campanha de recrutamento “O futuro tem Partido” traçando como meta o recrutamento de 40 novos militantes até à XIII AORCB.
- Cada organismo deverá elaborar listagens de recrutamento dirigido a quem se destaca nas empresas, nas lutas, na intervenção cívica e cultural, às mulheres e aos mais jovens, incluindo em articulação com a JCP;
- Realizar acções de formação ideológica de âmbito regional e concelhio que envolvam prioritariamente novos militantes, mas também outros quadros do Partido;

3.3. Ligação às massas, Imprensa Partidária e Propaganda

Na era das notícias falsas ou “fake news” e da informação de consumo rápido em que se acentuam as tentativas de branquear e promover o fascismo e seus agentes, de promover o anticomunismo, de silenciamento e de deturpação das posições e acções do PCP e em que existe um claro favorecimento (sobretudo a partir dos grandes órgãos de comunicação social nacional e regional) de outras forças políticas devemos prestar maior atenção à estruturação, coordenação e organização das tarefas de ligação às massas, propaganda e informação.

A imprensa partidária nomeadamente O Avante! e o Militante são peças fundamentais na luta política e ideológica que travamos e constituem-se como instrumentos essenciais e insubstituíveis na vida e na actividade do PCP. Desempenham um papel basilar na divulgação das reivindicações dos trabalhadores e do povo; das opiniões, análises e orientações do Partido nos planos nacional e internacional; na batalha das ideias e na formação política e ideológica dos militantes; na informação, com verdade sobre o que se passa no país e no mundo – e ainda, como veículos para o reforço orgânico do Partido e para a sua influência junto dos trabalhadores e das populações.

As tecnologias de informação são hoje em dia um meio indispensável para a difusão da informação tendo as redes sociais emergido como meios de grande influência política, tornaram-se ferramentas que contribuem para a construção/desconstrução de imagens e disseminação de ideias, sendo por isso necessário ver as formas de aproveitamento para a promoção das análises, propostas e projecto do Partido no plano colectivo.

O sítio distrital do Partido na internet, assim como a presença nas diversas redes sociais, têm dado a conhecer as nossas propostas e tem-se assumido como um importante instrumento de divulgação da actividade do PCP (imprensa, iniciativas e propaganda) disponibilizando uma valiosa, diversificada e actualizada base de dados, permitindo, a quem queira, um conhecimento mais directo e rigoroso, sem intermediários, sobre a actividade e posições do PCP, mas devendo ter uma maior preocupação com a sua alimentação com informação e a sua actualização mais regular.

Para o contacto directo com as pessoas, marca fundamental da nossa maneira de fazer política, é fundamental o reforço das formas clássicas de informação e propaganda

através da produção de materiais direccionados para os problemas locais, regionais e sectoriais (ex. boletins de célula, boletins, folhetos e carros de som) sobre problemas concretos visando o esclarecimento e a mobilização para a luta.

Confirmam-se como tarefas de primeira importância uma maior responsabilização e formação de quadros nesta área, uma capacidade permanente de acompanhamento das possibilidades criadas pelas tecnologias da informação e comunicação e uma mais rápida e concertada resposta na concepção, produção e distribuição de materiais.

O principal objectivo do trabalho de propaganda é a difusão da mensagem e do projecto do Partido na expectativa de que as massas o apropriem como seu.

“A presença do PCP é tão mais indispensável quanto mais forte queremos que seja a nossa ligação às massas e a identificação destas com os objectivos pelos quais lutamos.”

A ORCB do PCP decide:

- Planificar a acção nacional sob a consigna “**Mais força aos trabalhadores**”, a promover durante os primeiros meses de 2023, com o objectivo identificar medidas de reforço das células e das organizações de massas, assim como acções em torno de problemas concretos;
- Dinamizar a intervenção geral do Partido dando expressão ao lema “**Viver melhor na nossa terra**” até ao último trimestre de 2023. Intervenção a partir das aspirações e problemas sentidos nas localidades que dinamize a actividade e contribua para a mobilização e luta das populações;
- Desenvolver a campanha de **leitura, difusão e venda da imprensa partidária** entre Abril de 2023 e Maio de 2024, identificando novas áreas de venda organizada e locais públicos de venda militante semanal;
- Incentivar, planificar e promover as comemorações da **Revolução de Abril**, em particular no seu 50º aniversário;
- Dinamizar acções e promover espaços de unidade, envolvendo democratas e patriotas, independentes, membros do PEV e da ID,
- Promover e aumentar o número de iniciativas comemorativas dos aniversários do PCP, como forma de envolvimento de camaradas e amigos na vida do Partido;
- Valorizar e tentar replicar iniciativas como a participação da organização concelhia da Covilhã no Festival da Cherovia;
- Promover encontros de eleitos e activistas autárquicos de âmbito regional como forma de troca de experiências de acção nos órgãos autárquicos. Cada organização concelhia deve tomar medidas necessárias ao acompanhamento e à promoção do envolvimento dos eleitos locais no trabalho colectivo;

3.4. Festa do Avante

No primeiro fim-de-semana do mês de Setembro o PCP realiza a mais importante afirmação político-cultural em Portugal, só possível de realizar através de um colectivo partidário, onde o todo é maior que a mera soma das suas partes.

Ao longo dos anos temos assistido aos mais diversos ataques à concretização da Festa do Avante, que nos anos da pandemia se intensificaram, mas através da força colectiva temos conseguido ultrapassá-los.

Ninguém fica indiferente a esta realização anual da força de um colectivo partidário, os que tudo fazem por ela e os tudo fazem contra ela, pois sabem também o grau de militância, de consciência de classe e de compromisso com um ideal que é necessário para a sua realização.

A participação da OR de Castelo Branco é uma parte deste trabalho colectivo, na mais estreita colaboração com OR Guarda, trabalho esse que tem vindo a melhorar em termos de participação nas jornadas de implantação, melhoramento no funcionamento dos turnos, planificação mais atempada na definição dos conteúdos dos diversos sectores, mais preocupação com os aspectos decorativos e maior discussão da componente política. Mas deveremos estar cientes que existem aspectos a melhorar, e como em tudo no nosso colectivo só através da discussão colectiva e da militância isso é possível.

A participação da OR Castelo Branco é da maior importância neste esforço para a concretização de mais e melhor Festa do Avante e com esse objectivo devemos aumentar a participação nos turnos da Festa e nas jornadas de trabalho, assim como aumentar a venda de EP's e a afirmação e divulgação da Festa do Avante!

- Promover a venda antecipada da EP;
- Prosseguir e aprofundar as linhas de simplificação da construção e do funcionamento do nosso pavilhão;
- Encarar as tarefas de divulgação da Festa do Avante como parte integrante da sua construção, potenciando os meios regionais de agitação e propaganda;
- Promover o encontro anual de construtores da Festa como forma de valorizar e estimular a sua contribuição para esta grande realização;

3.5. Política Financeira e Património

A situação financeira do distrito não está alheia ao ataque aos direitos e rendimentos dos trabalhadores nem à ofensiva ideológica designadamente em torno da chamada Lei de Financiamento dos Partidos. Sendo certo que o Partido garante o seu financiamento, estamos ainda longe de atingir o objectivo de conseguir que a quotização garanta, por si, o financiamento da actividade regular do Partido.

A questão dos fundos, desde a sua angariação à sua criteriosa gestão, constitui uma tarefa da maior importância.

Como Partido revolucionário da classe operária e de todos os trabalhadores, a recolha de fundos é elemento essencial para garantir a sua independência política, orgânica e ideológica.

Apenas 29% dos militantes pagaram quotas em 2021, a quota média subiu para 5,2€, sendo a menor quota de 0,25€ e a maior quota de 50,00€, tendo havido pouca evolução no pagamento por transferência bancária, trabalho este que deve continuar a merecer a maior atenção de todo o Partido.

Tendo diminuído a cobrança de quotas muito devido à falta de contacto com os militantes durante o período da pandemia, estamos longe de atingir o desejável.

Com valores próximos da quotização surgem as contribuições das campanhas de fundos e a expressão prática da aplicação do princípio dos comunistas não serem beneficiados nem prejudicados no exercício de cargos públicos. As campanhas realizadas do “Dia de Salário”, do “Centenário do Partido” e de regularização e aumento da quota, apesar de esforços distintos dentro das organizações, dos militantes e amigos do Partido, sendo insuficientes foram importantes para os fundos regionais.

No entanto o trabalho realizado mostra que com a correcta divulgação, massificação e organização dos contactos a efectuar são abertas todas as possibilidades para alcançarmos esses mesmos objectivos.

Torna-se, sobretudo, necessário aprofundar a compreensão das organizações e dos militantes sobre o trabalho de fundos como uma importante tarefa política, não só porque a independência financeira do Partido é determinante para a sua independência política e

ideológica, mas também o trabalho de fundos pode e deve ser uma forma de trabalho e apoio de massas ao Partido.

É por isso necessário:

- Trabalhar para que cada organização concelhia e sector tenha um responsável de fundos, procurar realizar reuniões com camaradas com tarefas de fundos, de contabilidade e de recolha de quotas;
- Continuar a assegurar o equilíbrio financeiro do Partido no distrito aumentando as receitas e reduzindo as despesas;
- Assegurar o rigor no controlo orçamental, na prestação de contas nas datas definidas e o rigor nos procedimentos;
- Proceder a uma discussão profunda sobre a importância da independência financeira do Partido e do papel da quotização, promovendo a elevação da compreensão política do aumento do valor da quota, tendo como elemento de referência 1% do rendimento mensal, assim como a sua recolha regular, envolvendo mais camaradas no recebimento das quotas;
- Divulgar junto dos camaradas as diversas formas de pagamento da quota – transferência bancária, débito directo, e/ou o uso dos dados que constam no cartão de militante;
- Estimular a maior recolha de contribuições dos militantes, alargando o âmbito dessa recolha no interior do Partido e junto dos amigos, estabelecendo metas, elaborando listas de contactos em todos os organismos, fazendo regularmente o controlo de execução das mesmas;
- Cuidar do cumprimento do princípio estatutário que define que os membros do Partido eleitos ou nomeados em cargos públicos não devem ser prejudicados nem beneficiados pelo desempenho dessas tarefas, assim como das contribuições da participação nas mesas de voto, que constituem um elemento distintivo dos membros do Partido de não serem beneficiados no desempenho desta tarefa partidária e actividade cívica;
- Procurar realizar regularmente iniciativas políticas, culturais, festas, excursões, almoços e outras, em que, para além da sua importância política, e de fortalecimento da unidade, seja tida em conta também a sua importância financeira;
- Aumentar a venda e difusão do Avante e de O Militante, organizando bancas, brigadas de venda e listas de compradores;
- Trabalhar para que uma parte significativa das despesas fixas do Partido sejam suportadas pelo valor das quotas e contribuições recolhidas torna-se cada vez mais necessário para garantir que a voz do PCP chegue cada vez a mais trabalhadores e a população em geral.

Património

No plano do Património do Partido mantemos 4 Centros de Trabalho no distrito (Castelo Branco, Fundão, Covilhã e Tortosendo), são uma base importante para a nossa intervenção política.

É necessário avaliar possibilidades e formas de rentabilização dos centros de trabalho, garantindo antes de mais a sua função de apoio à actividade política. O novo Centro de Trabalho de Castelo Branco representa já um avanço desta ideia.

O funcionamento e manutenção destes Centros de Trabalho devem ser assegurados pelos militantes.

Cuidar do património do Partido, representa hoje e sempre um valor inestimável do ponto de vista histórico e financeiro, exigindo de nós uma dedicação e atenção constantes.